

Relatório Intermediário de Autoavaliação

3º Plano de Ação Nacional

Parceria para Governo Aberto – OGP
Open Government Partnership

Brasília
Setembro, 2017



Sumário

I – Introdução	3
II – Contextualização	4
O 1º Plano de Ação Brasileiro.....	4
O 2º Plano de Ação Brasileiro.....	4
O 3º Plano de Ação Brasileiro.....	5
III – O Processo de Elaboração do 3º Plano de Ação Nacional.....	7
I. Metodologia.....	7
II. Definição dos Temas.....	7
III. Oficinas de Co-criação	9
IV. Aprovação do Plano	9
IV - Implementação do 3º Plano de Ação Nacional.....	10
V – Monitoramento do 3º Plano de Ação Nacional	15
I. Estratégia de Monitoramento	16
VI – Informações Consolidadas sobre os Compromissos	19
Desempenho Geral do 3º Plano de Ação Nacional.....	19
Compromisso 1 – Dados Abertos no Governo Federal.....	20
Compromisso 2 – Transparência sobre Recursos Públicos.....	21
Compromisso 3 – Política de Acesso à Informação no Governo Federal	22
Compromisso 4 – Política de Acesso à Informação no Governo Federal	23
Compromisso 5 – Mecanismos de Efetividade da Participação Social na PNPS	23
Compromisso 6 – Recursos Educacionais Digitais	24
Compromisso 7 – Dados Abertos e Governança da Informação em Saúde	25
Compromisso 8 – Prevenção à Tortura, a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional.....	25
Compromisso 9 – Espaços de Inovação para Gestão e Serviços Públicos	26
Compromisso 10 – Avaliação e Simplificação de Serviços Públicos.....	27
Compromisso 11 – Inovação Aberta e Transparência no Legislativo	28
Compromisso 12 – Fomento a Governo Aberto em Estados e Municípios	28
Compromisso 13 – Transparência e Inovação no Judiciário.....	29
Compromisso 14 – Participação Social no Ciclo de Planejamento do Governo Federal.....	30
Compromisso 15 – Dados Abertos e Transparência Ativa em Meio Ambiente	31
Compromisso 16 – Mapeamento e Gestão Participativa para a Cultura.....	31
VII – Conclusão	33
VIII – Anexo.....	35



I – Introdução

A Parceria para Governo Aberto (em inglês, *Open Government Partnership – OGP*) é uma iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social. Lançada em setembro de 2011, a OGP trabalha com diretrizes que têm como objetivo tornar os governos mais abertos, efetivos e responsáveis, por meio de um trabalho conjunto entre organizações da sociedade civil e órgãos do governo.

Esta nova forma de interação entre o cidadão e o Estado exige que os governos promovam mudanças profundas para transformar e disseminar um modelo de gestão no qual o cidadão deixe de ser consumidor e passe a ser um parceiro na formulação das políticas públicas. Trata-se, assim, da construção de uma relação baseada na colaboração para encontrar soluções para problemas complexos, o que representa um novo paradigma de administração pública.

Neste sentido, como membro-fundador da Parceria, o País implementou uma série de mudanças legais e administrativas que transformaram a gestão pública nos últimos anos. Essas mudanças ocorreram tanto por meio de iniciativas autônomas adotadas pelo governo, quanto por meio dos compromissos materializados nos planos de ação, como será demonstrado no presente documento.

O Brasil está executando seu 3º Plano de Ação para Governo Aberto. Fruto de um intenso trabalho de parceria entre governo e sociedade civil, o documento reflete os esforços realizados para a construção colaborativa dos compromissos do País no âmbito da OGP, bem como detalha as ações que serão empreendidas nos próximos dois anos para fortalecer os princípios de transparência, participação cidadã, inovação, prestação de contas e responsabilização (*accountability*).

II – Contextualização

Histórico dos Planos de Ação do Brasil

O 1º Plano de Ação Brasileiro

O primeiro Plano de Ação brasileiro foi apresentado à OGP em 2011. Por meio do documento, foram firmados 32 compromissos, cabendo destacar que 94% deles foram implementados total ou parcialmente. À época, apenas cinco órgãos do governo federal apresentaram compromissos: Controladoria-Geral da União – CGU, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, Ministério da Educação - MEC e Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR.

O 2º Plano de Ação Brasileiro

A formulação do 2º Plano de Ação Nacional buscou absorver o aprendizado advindo da construção do plano anterior e promover melhorias, avançando no processo de elaboração dos compromissos.

Uma das principais preocupações, à época, foi promover o maior envolvimento do governo e da sociedade civil. Assim, além da articulação junto aos órgãos, da criação de novos mecanismos de participação e da realização de eventos e reuniões, virtuais e presenciais, a Controladoria-Geral da União – CGU – constituiu um grupo de trabalho com a Secretaria-Geral da Presidência da República e mais 10 organizações da sociedade civil para discussão da metodologia de criação do documento que incluiu uma etapa virtual e uma presencial – contando com a participação de cerca de 90 entidades da sociedade civil. O resultado foi um plano firmado entre 19 órgãos do Governo Federal e com 52 compromissos, sendo 18 oriundos da sociedade civil e 34 oriundos do governo.

O 2º Plano de Ação Nacional foi oficialmente aprovado no segundo semestre de 2013. No total, 19 órgãos do governo federal firmaram 52 compromissos de governo

aberto. Para o Brasil se adequar ao novo calendário da OGP, esse Plano teve sua vigência estendida até junho de 2016.

O governo reconhece que houve falhas na elaboração e na implementação do 2º Plano e, por esse motivo, promoveu diversas mudanças no processo de construção do 3º Plano, o qual primou pela intensa comunicação com a sociedade civil, reconhecendo sua legitimidade e importância. Neste sentido, a sociedade civil não só discutiu a metodologia que orientou a elaboração do 3º Plano, como também participou ativamente das reuniões que culminaram nos compromissos assumidos pelo Brasil perante a OGP, tendo atuação prevista, ainda, nas etapas de execução e monitoramento do Plano.

O 3º Plano de Ação Brasileiro

Em 2016, iniciou-se a construção do 3º Plano de Ação Nacional. Elaborado sob uma nova base de entendimento entre governo e sociedade civil, o Plano buscou estabelecer compromissos com potencial transformador e que reforçassem ainda mais as iniciativas de Governo Aberto no Brasil.

Considerando as recomendações do IRM e do processo de autoavaliação do 2º Plano de Ação, o Governo Federal buscou, ainda, aprimorar o processo que seria desenvolvido para a construção do 3º Plano de Ação do país. Neste sentido:

- a) institucionalizou, por meio de um processo de eleição entre pares, um Grupo de Trabalho da Sociedade Civil, de natureza consultiva, que tem como objetivo assessorar diretamente o Grupo Executivo Interministerial de Governo Aberto – GE-CIGA;
- b) estimulou o engajamento dos Poderes Judiciário, Legislativo, do Ministério Público e de Estados e Municípios;
- c) abriu consulta pública para que a sociedade definisse temas para discussão nos espaços que orientaram a construção dos compromissos do 3º Plano de Ação;
- d) apoiou o desenvolvimento de agendas de Governo Aberto voltadas aos entes subnacionais.

Além disso, o GE-CIGA e o GT da Sociedade Civil definiram, em conjunto, uma metodologia para construção dos compromissos que figuraram no 3º Plano de Ação Nacional.

Destaque-se que todos os 3 Planos de Ação desenvolvidos pelo Brasil estão disponíveis online, por meio do site: www.governoaberto.cgu.gov.br



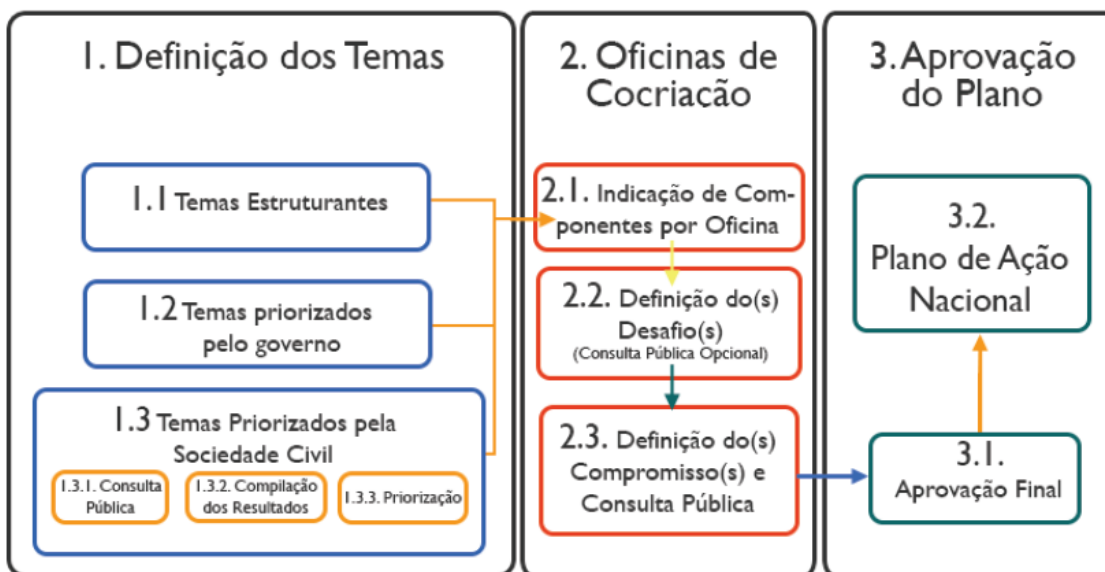
III – O Processo de Elaboração do 3º Plano de Ação Nacional

I. Metodologia

O processo de elaboração do 3º Plano de Ação brasileiro foi realizado com base em uma metodologia construída pelo GE-CIGA e pelo GT da Sociedade Civil. Segundo essa metodologia, a discussão dos desafios e a definição dos compromissos deveriam acontecer por meio da realização de oficinas de co-criação, ou seja, reuniões que contariam com a participação paritária de especialistas do governo e da sociedade civil nos temas definidos.

A metodologia previu a realização de três fases de trabalho: i) Fase de Definição de Temas; ii) Fase de Co-criação; e iii) Fase de Aprovação do Plano.

O quadro abaixo resume esquematicamente as três etapas da metodologia aplicada:



II. Definição dos Temas

A fase de Definição dos Temas compreendeu a etapa de seleção dos principais assuntos relacionados às políticas de Governo Aberto. Divididos em três categorias i) estruturantes, ii) priorizados pelo governo, e iii) priorizados pela sociedade civil, o único pré-requisito metodológico era que todas as proposições tivessem relação com os

princípios de Governo Aberto, a saber: participação social, transparência, prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e inovação.

Os temas estruturantes envolveram assuntos que, por sua própria natureza, tinham a possibilidade de potencializar as políticas de Governo Aberto no Brasil. As três áreas selecionadas pelo GE-CIGA e pelo GT da Sociedade Civil para compor este grupo envolveram a política de acesso à informação, dados abertos e a questão da inovação para melhoria da gestão e dos serviços públicos.

Os temas priorizados pelo governo foram identificados como aqueles de importância estratégica para Governo Federal. Após uma ampla articulação junto aos órgãos do Poder Executivo, 5 assuntos foram priorizados: avaliação dos serviços públicos, dados abertos e governança da informação em saúde, governo aberto para a cultura, simplificação dos serviços públicos, e prevenção a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes no sistema prisional.

Finalmente, os **temas priorizados pela sociedade civil** foram selecionados por meio de consulta pública. Inicialmente, o processo abriu espaço para a sugestão de qualquer assunto que a sociedade considerasse importante ser tratado por meio de políticas de Governo Aberto. Compiladas as manifestações, a lista foi submetida à avaliação do GT da Sociedade Civil, que colocou os temas em nova consulta pública, desta vez para votação. Após 14 dias, e contabilizando 678 votos, os 5 temas priorizados foram os seguintes: mecanismos de participação social, transparência sobre os recursos públicos, fomento a governo aberto em estados e municípios, inovação e governo aberto na educação, e dados abertos e transparência ativa em meio ambiente.

Em paralelo, e devido a negociações realizadas pela CGU, os Poderes Legislativo e Judiciário decidiram participar da construção do 3º Plano de Ação Nacional. O compromisso assumido pelo Tribunal Superior Eleitoral foi elaborado por meio de um processo diverso dos demais, mas estabeleceu ações essenciais para a consolidação das políticas de Governo Aberto no País.

Adicionalmente, é importante mencionar que os temas foram trabalhados de forma a garantir aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS –



previstos na nova agenda de desenvolvimento das Nações Unidas, intitulada Agenda 2030.

III. Oficinas de Co-criação

Ao longo dos meses de abril a outubro de 2016, foram realizadas 27 oficinas de co-criação. As oficinas de co-criação foram coordenadas pelo GT e pelo GE-CIGA, em conjunto, e cada tema foi desenvolvido em duas etapas: a primeira para discussão dos desafios e a segunda para definição dos compromissos. Assim, ao final da segunda etapa, cada grupo tinha definido o compromisso brasileiro no tema, os atores responsáveis por sua implementação e execução, bem como os prazos, as ações e os marcos para monitoramento. Cabe ressaltar, ainda, que as indicações dos participantes que integraram as oficinas foram feitas, em conjunto, pelo GT e pelo GE-CIGA, sendo cada grupo composto, em média, por 5 representantes do governo e 5 da sociedade civil.

Além disso, a fim de garantir o máximo de transparência e permitir o acompanhamento dos debates, a memória de cada oficina era disponibilizada ao público horas após a realização das reuniões no site www.governoaberto.cgu.gov.br.

Ao todo, 105 pessoas participaram das oficinas de co-criação, sendo 48 representantes de governo (dos níveis federal, estadual e municipal) e 57 representantes da sociedade civil, entre os quais se incluíram representantes de organizações da sociedade civil, da academia e do setor privado, conforme sugere a OGP. Seguindo esta mesma linha, houve também preocupação em se incluírem grupos e perfis diversos, considerando, por exemplo, gênero e territorialidade.

IV. Aprovação do Plano

Por fim, para validar o trabalho colaborativo das oficinas, todas as propostas de compromissos firmados foram disponibilizadas para consulta pública final e submetidas à avaliação do GT e do GE-CIGA.



IV - Implementação do 3º Plano de Ação Nacional

O Brasil, como país-membro da OGP, segue um calendário internacional para a elaboração e implementação de seus Planos de Ação. No caso do 3º Plano, o período inicialmente previsto para a construção do documento compreendia os meses de janeiro a junho de 2016 e a vigência seria de julho desse ano a julho de 2018.

Ao final do primeiro e início do segundo semestres de 2016, o Brasil passou por intensos acontecimentos políticos, os quais culminaram na mudança da Presidência da República. A troca de governo resultou não somente no aumento do tempo necessário para a tomada-de-decisões, mas também na alteração do corpo técnico de diversos órgãos, o que desacelerou a interlocução entre os atores diretamente envolvidos na elaboração do Plano. Esses fatos somados provocaram um atraso no cronograma de trabalho, sem resultar – no entanto – no cancelamento ou invalidação do processo.

O 3º Plano de Ação brasileiro foi, então, lançado em meados de dezembro de 2016, sendo composto por 16 compromissos, os quais refletem as principais demandas nos temas priorizados e indica quais ações serão implementadas para se avançar na questão.

O quadro abaixo apresenta os temas das oficinas, bem como os compromissos definidos em cada uma delas, agrupados em grandes eixos:

Eixos	Temas	Compromissos
Temas Estruturantes de Governo Aberto	Dados Abertos no Governo Federal	Identificar e implementar mecanismo para reconhecer problemas solucionáveis ou mitigáveis a partir da oferta de dados pelo governo, que atenda expectativas de demandantes e ofertantes.
	Transparência sobre os Recursos Públicos	Elaborar matriz estratégica de ações em transparência, com

		ampla participação social, com vistas a promover melhor governança e garantir acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos.
	Política de Acesso à Informação no Governo Federal	Ampliar mecanismos para garantir mais celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação e divulgação adequada do rol de documentos classificados. Proteger a identidade de solicitantes, em casos justificáveis, por meio de ajustes nos procedimentos e canais de solicitação.
	Efetividade dos Mecanismos de Participação da Política Nacional de Participação Social (PNPS)	Integrar ferramentas online em uma plataforma única para consolidar e fortalecer o Sistema de Participação Social.
	Participação Social no Ciclo de Planejamento do Governo Federal	Ampliar a participação social no PPA por meio do Fórum Interconselhos.
Governo Aberto e Garantia de Direitos	Recursos Educacionais Digitais	Estabelecer novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de Recursos Educacionais Digitais – RED – no contexto da cultura digital.

	Dados Abertos e Governança da Informação em Saúde	Disponibilizar respostas aos pedidos de acesso à informação dos últimos quatro anos em plataforma de transparência ativa e ampliar o número de indicadores da Sala de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE, com monitoramento da sociedade civil.
	Prevenção à Tortura, a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional	Implementar um sistema informatizado, único e de formato aberto de inspeção prisional, garantindo a participação da sociedade civil na sua construção e gestão.
	Dados Abertos e Transparência Ativa em Meio Ambiente	Criar espaço de diálogo entre governo e sociedade para a geração e implementação de ações voltadas à transparência em meio ambiente.
	Mapeamento e Gestão Participativa para a Cultura	Consolidar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, SNIIC, para a produção, difusão e uso compartilhado de dados, informações e indicadores para a co-gestão da cultura.
Inovação e Melhoria de Serviços Públicos	Espaços de Inovação para Gestão e Serviços Públicos	Consolidar uma rede aberta no setor público de forma colaborativa e transparente com a sociedade.



	Avaliação e Simplificação de Serviços Públicos	Realizar inventário dos serviços do Poder Executivo Federal e implementar avaliação por meio de mecanismos de satisfação, priorizando serviços para melhoria
Rumo a um Estado Aberto	Inovação Aberta e Transparência no Legislativo	Criar e difundir repositório para institucionalização de Parlamento Aberto contendo normas, ferramentas, capacitações, guias e práticas.
	Fomento a Governo Aberto em Estados e Municípios	Implementar ações de fomento a governo aberto com o envolvimento da sociedade civil, considerando experiências já existentes em estados e municípios.
	Transparência e Inovação no Judiciário	Implantar Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral.

Como pontos que merecem destaque, menciona-se a participação, pela primeira vez desde o início dos trabalhos do Brasil junto à OGP, dos Poderes Legislativo e Judiciário no processo de construção de um plano de ação nacional.

No caso do Poder Legislativo, o compromisso assumido envolveu a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, casas legislativas estaduais e municipais, e entidades da sociedade civil vinculadas a questões parlamentares.

No caso do Poder Judiciário, a participação aconteceu por meio do Tribunal Superior Eleitoral - TSE com a inserção de um compromisso importante e pioneiro no que prevê a implantação do Processo Judicial Eletrônico em todos os Tribunais Regionais Eleitorais do país até dezembro de 2017. Além de diminuir o risco de perda dos

documentos, esta iniciativa pretende aumentar a transparência dos processos e gerar benefícios relativos ao tempo de tramitação.

Outro avanço significativo observado no 3º Plano de Ação do Brasil foi o envolvimento direto de entes subnacionais nas discussões e na construção de compromissos. A participação de estados e municípios diversificou as perspectivas e os desdobramentos do Plano e conferiu a ele maior alcance e legitimidade.



V – Monitoramento do 3º Plano de Ação Nacional

Entende-se o processo de monitoramento como um conjunto de atividades – articuladas, sistemáticas e formalizadas – de produção, registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas na gestão de determinada iniciativa/ação, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões quanto aos esforços necessários para o seu aprimoramento.

O monitoramento do 3º Plano de Ação Nacional, coordenado pela CGU em parceria com o GT da Sociedade Civil, tem o propósito de subsidiar os atores envolvidos na execução dos compromissos com informações atualizadas, simples e objetivas, a fim de que correções e eventuais ajustes possam ser realizados de forma tempestiva.

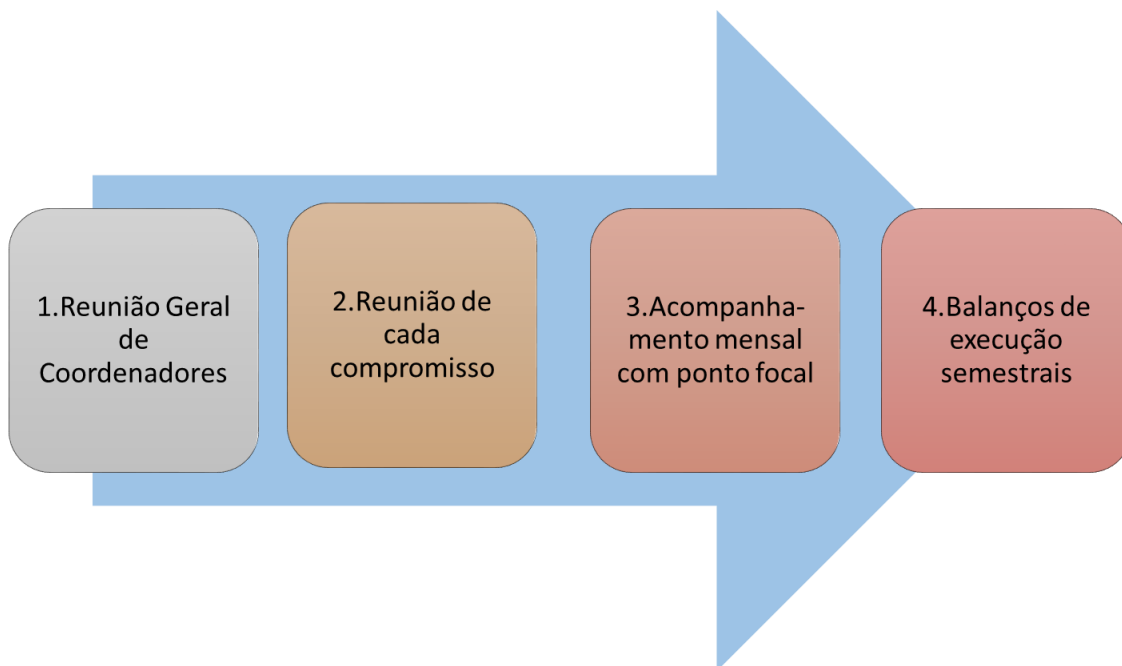
Com base nesta perspectiva, já durante as oficinas de co-criação, foram definidos marcos, prazos e responsáveis pela execução de cada ação. Acredita-se que essa medida possibilitou um desempenho proativo do governo e da sociedade civil, que intervêm tão logo sejam identificadas dificuldades de algum órgão ou entidade em executar os compromissos.

Ressalte-se que o monitoramento previu, ainda, a realização de reuniões periódicas para alinhamento de informações, bem como a elaboração bimestral de Relatórios de Status de Execução (RSE). Este fluxo de informações permite avaliar e dimensionar a evolução de cada compromisso de maneira contínua.

A CGU presta apoio logístico para garantir que esses processos ocorram de maneira precisa e dinâmica, sendo responsável também por dar transparência às discussões e aos resultados dos compromissos.

A figura abaixo apresenta o ciclo de monitoramento que foi desenvolvido para acompanhamento da execução do 3º Plano de Ação Nacional.

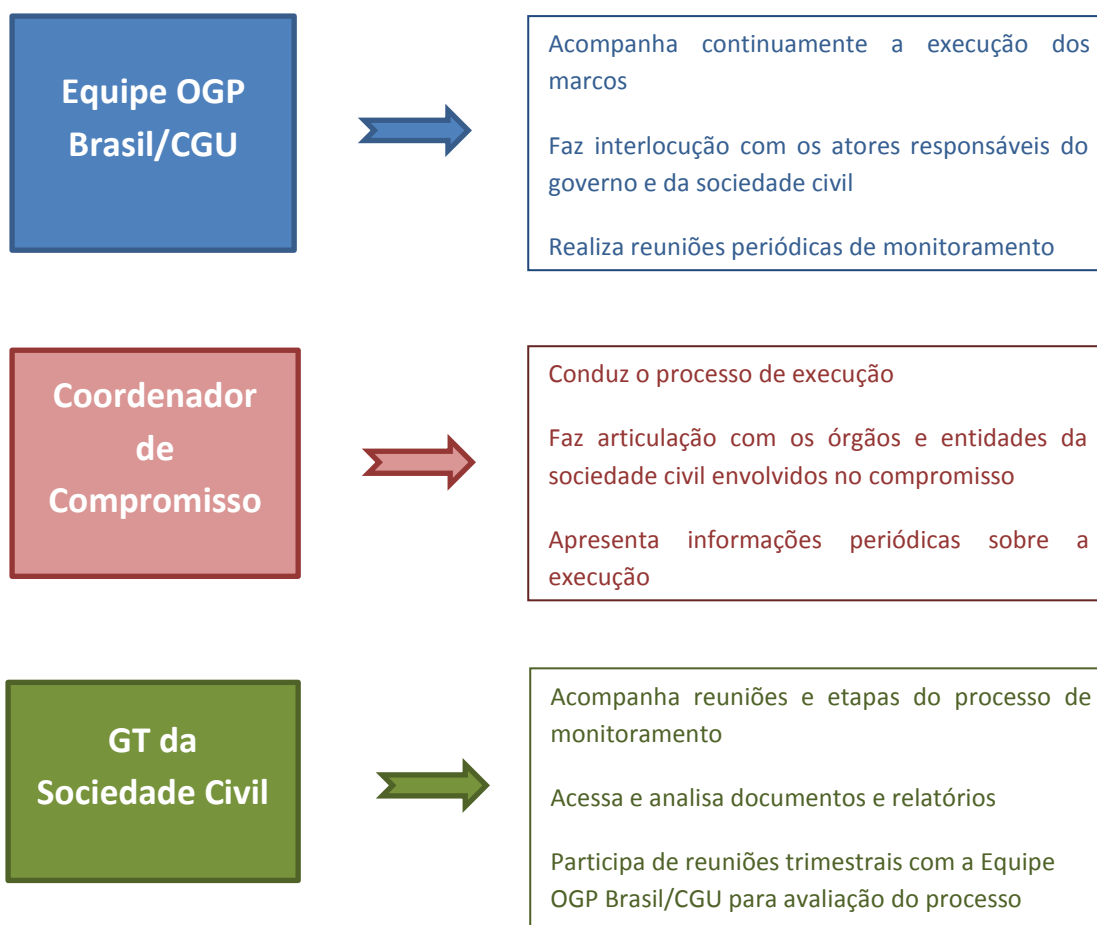




I. Estratégia de Monitoramento

Os 16 compromissos foram divididos em 3 grupos. Cada grupo tem um representante da Equipe OGP Brasil/CGU e um representante do GT da Sociedade Civil como monitores. Os monitores têm a função de acompanhar o desenvolvimento dos marcos, auxiliar o coordenador do compromisso e dar assistência para a efetiva execução das atividades.

A figura abaixo apresenta as atribuições de cada representante no processo de implementação do 3º Plano de Ação:



Apesar de estarem agrupados por responsáveis, todos os compromissos permanecem independentes e autônomos entre si, com suas respectivas especificidades de execução e acompanhamento. Tal condição não impede, porém, que os coordenadores se articulem para promover a integração de ações convergentes existentes no âmbito de cada compromisso.

Por fim, cabe ressaltar que, além de duas rodadas de reuniões específicas de monitoramento junto aos órgãos de governo e às entidades da sociedade civil integrantes de cada compromisso, foram realizadas diversas reuniões de execução e 2 reuniões gerais de coordenadores de compromisso (a última, realizada em 03 de agosto de 2017, teve transmissão ao vivo e gravação disponibilizada no link: <https://www.youtube.com/watch?v=9Ypli3EJ6MU&feature=youtu.be>), as quais contaram não somente com a presença do Secretário-Executivo e da Secretária de

Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU, mas também de representantes do GT da Sociedade Civil. Todos esses encontros tiveram como objetivos fortalecer o contato entre os atores governamentais e da sociedade civil envolvidos com os marcos que compõem os compromissos, promover a troca de experiências sobre avanços e desafios, além de realizar uma ação de transparência.

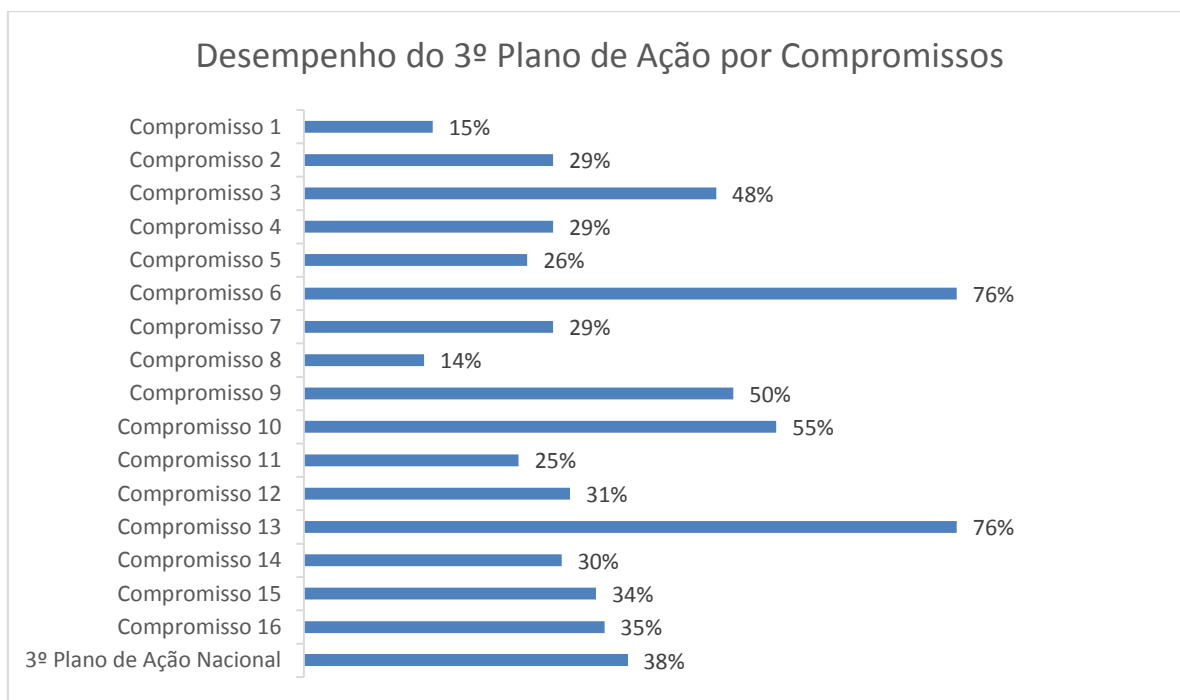


VI – Informações Consolidadas sobre os Compromissos

Desempenho Geral do 3º Plano de Ação Nacional

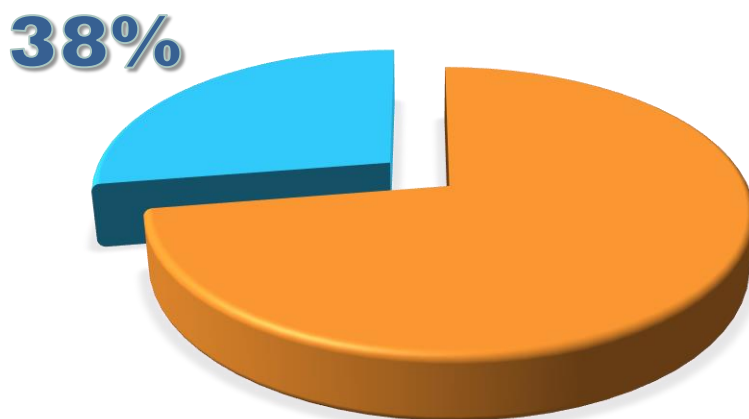
Com base nos relatórios de execução apresentados pelos coordenadores de compromisso e nas reuniões de execução e monitoramento realizadas ao longo do primeiro semestre de 2017, apresentam-se abaixo dados consolidados sobre o desempenho geral do 3º Plano de Ação Nacional, bem como sobre cada um dos compromissos e de seus respectivos marcos.

Os valores representados nos gráficos a seguir foram calculados por meio dos percentuais de execução de cada marco, indicados pelos coordenadores nos RSE elaborados nos meses de abril e agosto, não havendo atribuição de peso diferenciado às iniciativas.



Importante destacar que o estágio inicial de execução de alguns compromissos não significa que haja problemas com a ação, visto que os compromissos têm prazos diferentes para a execução de seus marcos.

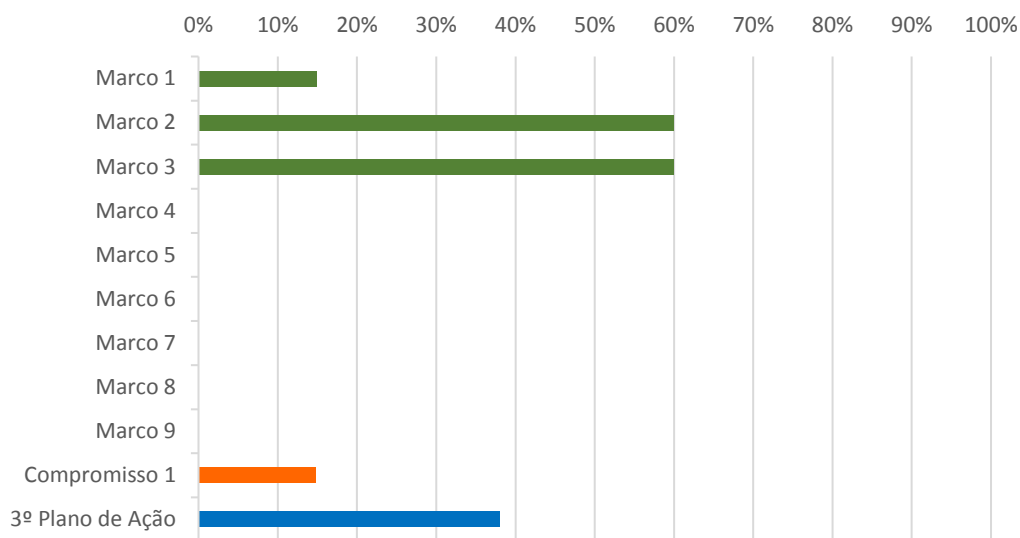
No tocante ao desempenho geral do 3º Plano de ação brasileiro, até agosto de 2017, o percentual alcançado foi de 38%, estando dentro da expectativa de execução da Equipe OGP Brasil/CGU.



Mais informações sobre as ações gerais de monitoramento do 3º Plano de Ação podem ser encontradas no endereço: www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2017/monitoramento/3o-plano-de-acao-brasileiro

Compromisso 1 – Dados Abertos no Governo Federal

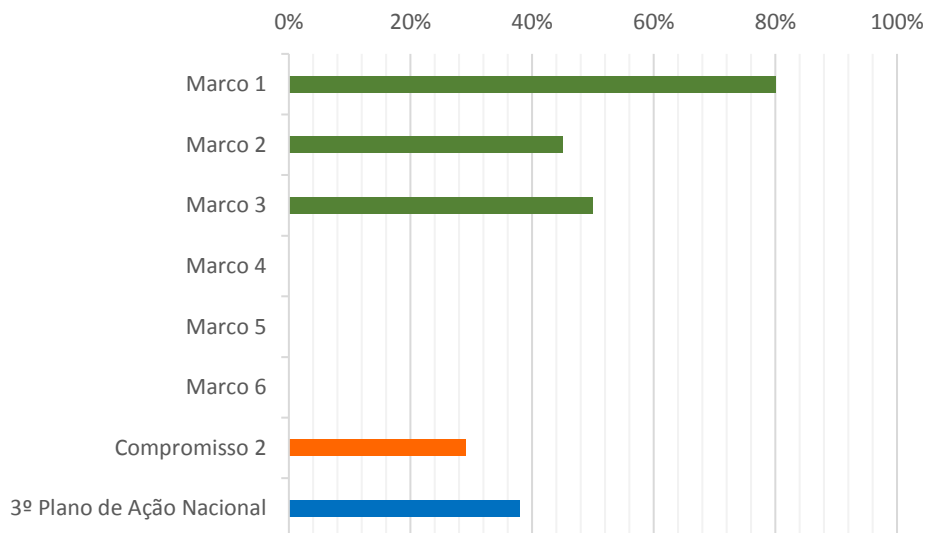
O compromisso 1 teve problemas no início do processo de execução em virtude de uma reestruturação na área responsável por sua implementação no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Superadas as dificuldades, o órgãos e entidades envolvidos no compromisso realizaram uma reunião para revisão dos prazos de execução dos marcos e elaboração de uma nova proposta de trabalho, que pretende viabilizar o andamento das ações previstas.



Compromisso 2 – Transparência sobre Recursos Públicos

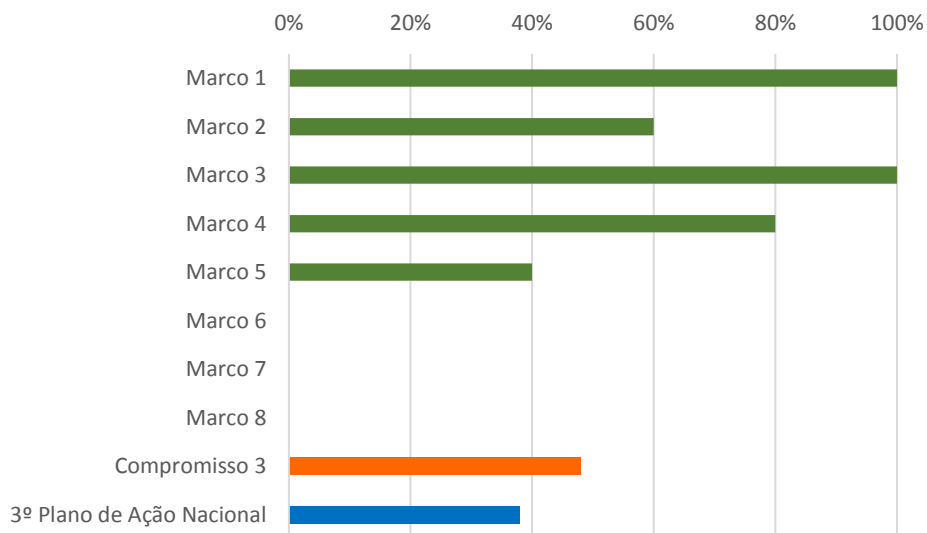
O compromisso 2 avançou na execução dos três primeiros marcos por meio da elaboração de um Plano de Mobilização e Divulgação de Transparência, em que constam as atividades programadas pelo órgão para os próximos anos, e da implementação de diversas ações afetas aos objetivos gerais do compromisso. O envolvimento dos demais atores responsáveis pela execução do compromisso, notadamente para apresentar contribuições para o desenho final do Plano de Mobilização e da matriz de ações, é fundamental, embora tenha sido tímido. Por fim, cabe ressaltar que o contingenciamento do governo federal em relação às ações da CGU, órgão responsável pelo compromisso, dificultou a previsão de outras iniciativas relacionadas a este compromisso.





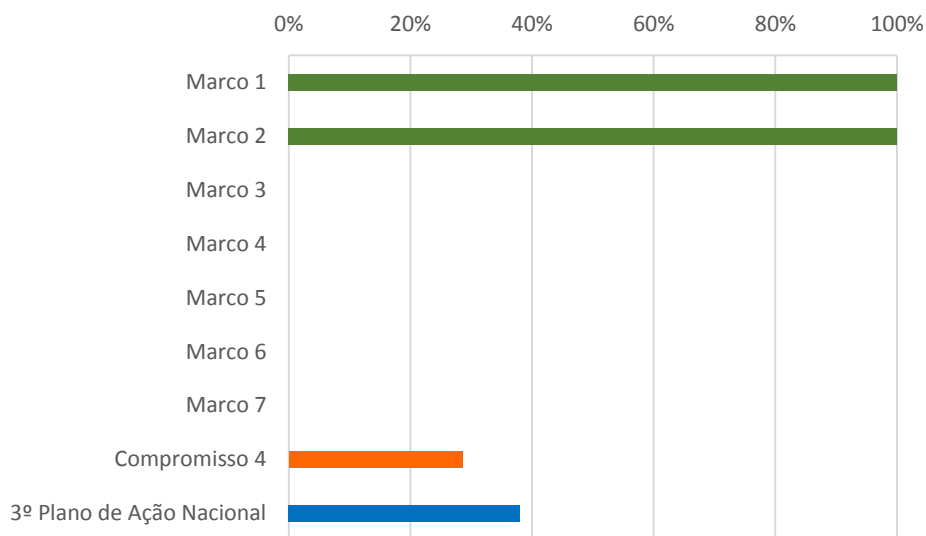
Compromisso 3 – Política de Acesso à Informação no Governo Federal

O compromisso 3 está sendo implementado conforme o previsto, tendo dois marcos já executados em sua totalidade e os demais avançando dentro do esperado. Essa evolução garantiu ao compromisso um percentual de 43% de execução nos primeiros seis meses de vigência do 3º Plano de Ação Nacional.



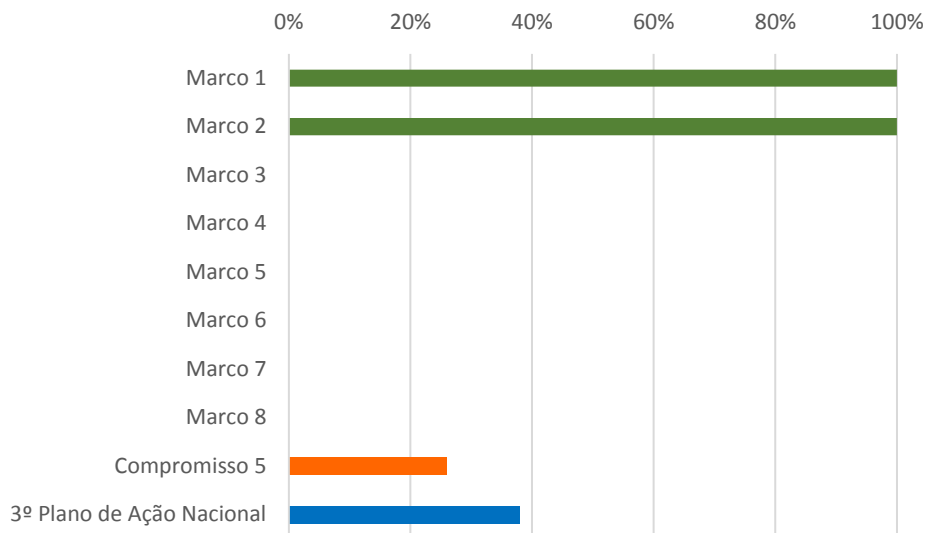
Compromisso 4 – Política de Acesso à Informação no Governo Federal

O compromisso 4, embora esteja com 2 marcos já totalmente executados, tem sido objeto de preocupação por parte da equipe responsável por sua implementação, visto que foram identificados entraves de ordem legal para o avanço das demais ações. A CGU, órgão coordenador do compromisso, buscará alternativas para conseguir superar os gargalos encontrados.



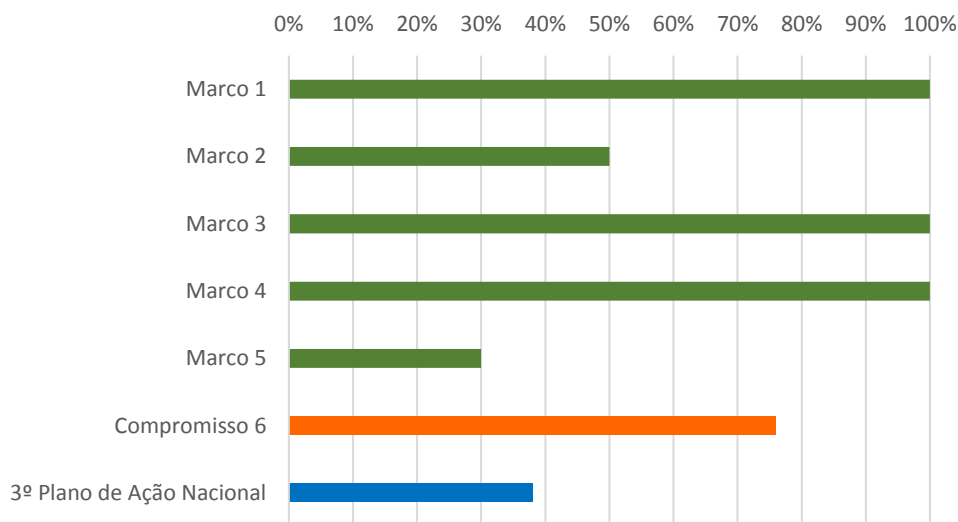
Compromisso 5 – Mecanismos de Efetividade da Participação Social na PNPS

O compromisso 5 encontrou dificuldades na adesão da sociedade civil após a oficina de co-criação que definiu o compromisso, em 26 de julho de 2016. Para suprir a falta de parceiros, a Secretaria de Governo, responsável pela ação, realizou articulação com órgãos de governo e outras entidades da sociedade civil, a fim de viabilizar a execução. Assim, o compromisso tem avançado com ampla colaboração de outros atores do governo e, em menor escala, da sociedade civil.



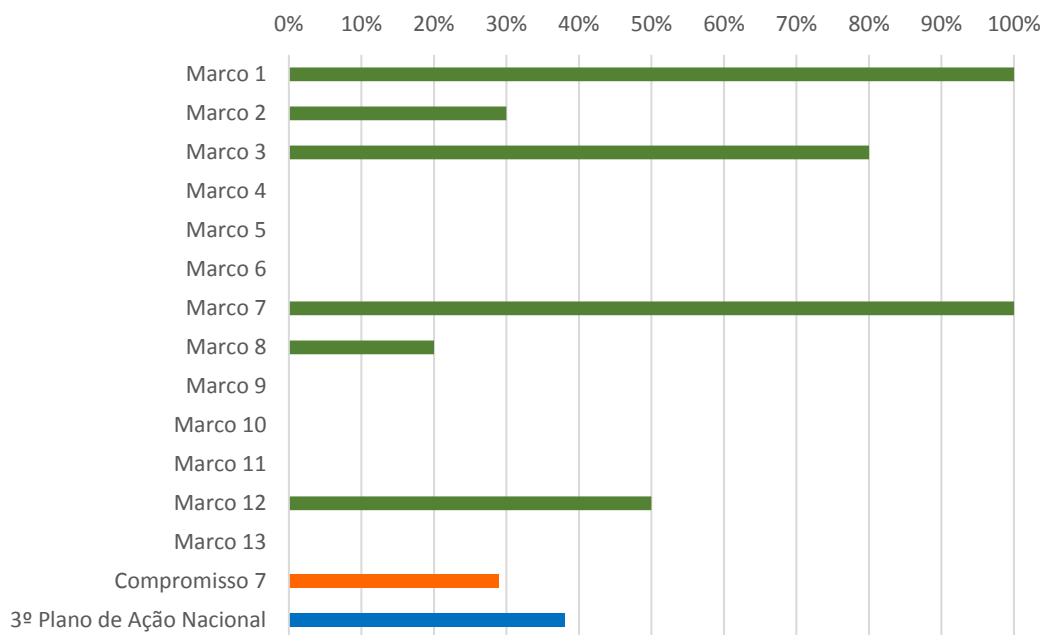
Compromisso 6 – Recursos Educacionais Digitais

O desenvolvimento do compromisso 6 tem acontecido de forma bastante robusta, visto que a ação não somente ganhou espaço no âmbito do Ministério da Educação e de seus parceiros institucionais, mas também junto a organismos internacionais. Esta situação estimulou a ampliação do escopo do compromisso, o qual terá um alcance maior em relação ao que foi inicialmente previsto.



Compromisso 7 – Dados Abertos e Governança da Informação em Saúde

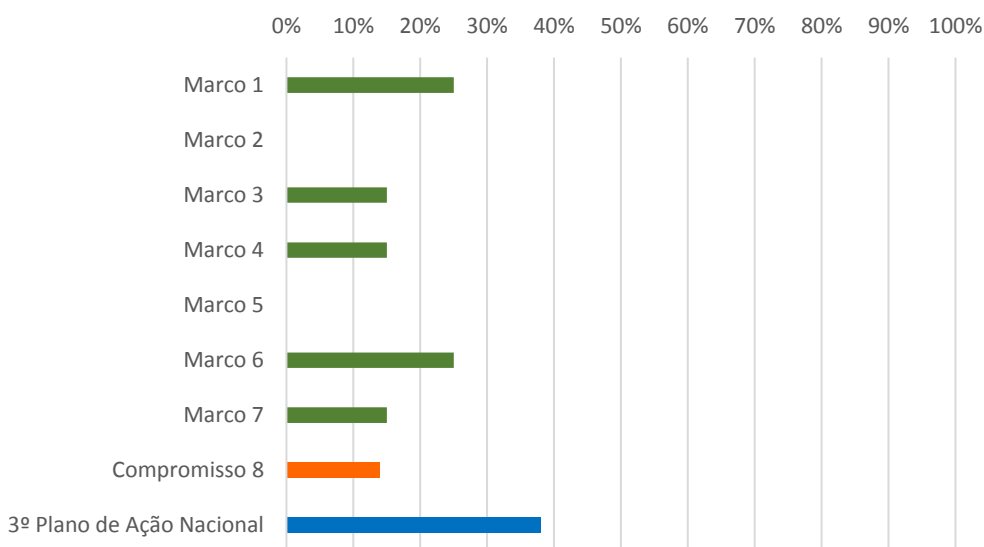
Os responsáveis pelo compromisso 7, já na 1ª reunião específica de monitoramento, propuseram uma ampliação do escopo da iniciativa, a fim de ajustar seus resultados às melhorias realizadas nos portais do Ministério da Saúde, inclusive na Sala de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE. Assim, com o aval dos órgãos e entidades envolvidos no processo de execução do compromisso, os marcos foram revistos, garantindo-se, porém, a manutenção da essência do compromisso. Assim, a despeito da baixa execução, a situação do compromisso 7 não é considerada preocupante, visto que não se observam problemas para o avanço das ações, mas tão somente a existência de novas etapas de trabalho no âmbito dos marcos.



Compromisso 8 – Prevenção à Tortura, a Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Sistema Prisional

O compromisso 8 encontrou dificuldades no início do processo de execução após a identificação de gargalos relacionados ao objeto principal do compromisso: o desenvolvimento de um sistema informatizado, único e de formato aberto de inspeção prisional, que garantisse a participação da sociedade civil na sua construção e gestão.

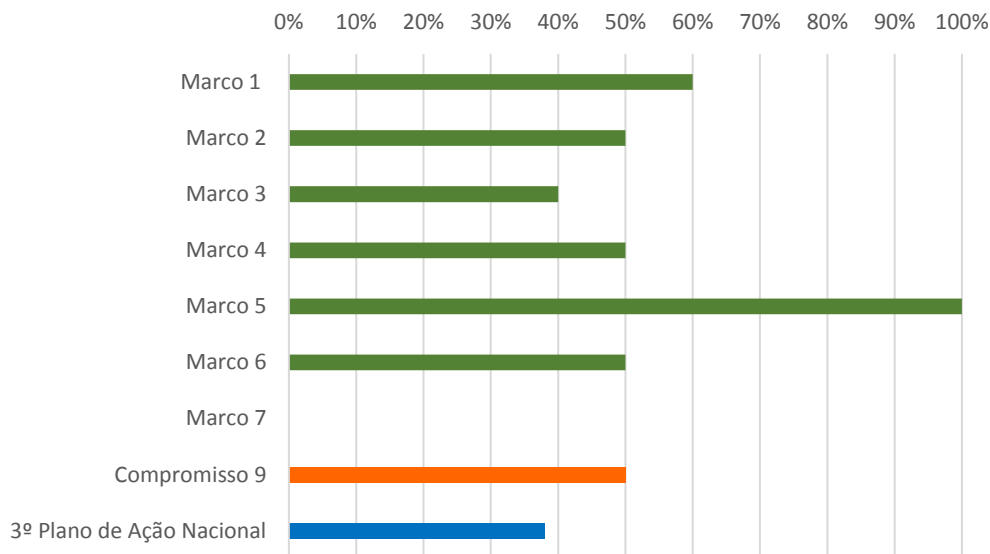
Após a realização de diversas reuniões de articulação, contando inclusive com o apoio da CGU, o DEPEN/MJ foi autorizado a realizar um Chamamento Público para celebração de Termo de Colaboração, no âmbito do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), que viabilizará a contratação de uma organização da sociedade civil para atuar como parceira na execução do compromisso. Essa medida, que restringia o andamento do compromisso, permitirá o avanço dos demais marcos.



[Compromisso 9 – Espaços de Inovação para Gestão e Serviços Públicos](#)

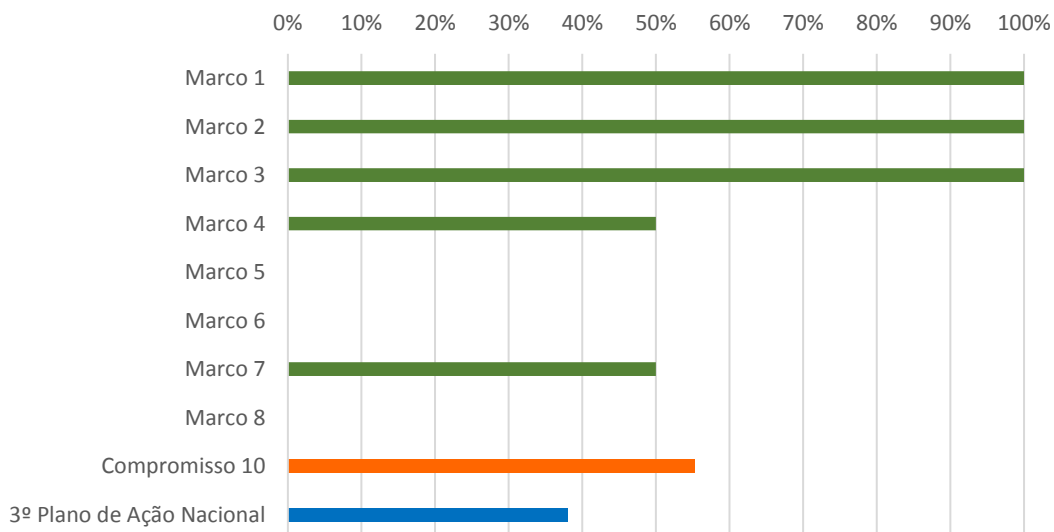
A partir de maio de 2017, ocorreu um avanço significativo no andamento dos marcos relacionados ao compromisso 9, destacadamente no que se refere à capilarização da Rede. O marco 4, por exemplo, já está em execução por meio do Blog e da edição do Regulamento da Rede InovaGov, que possibilita a adesão à rede e que avançará após a entrada em funcionamento da Plataforma de Inovação que está em processo de desenvolvimento no Ministério do Planejamento.





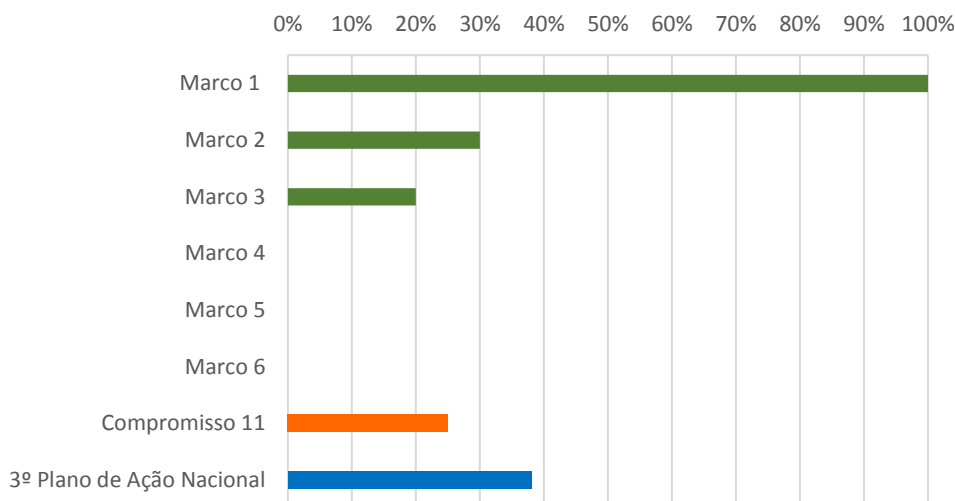
Compromisso 10 – Avaliação e Simplificação de Serviços Públicos

O compromisso 10 tem se desenvolvido dentro dos prazos e as atividades estão transcorrendo com bom nível de interlocução com os parceiros que se envolveram no projeto. Os resultados alcançados, inclusive, já começaram a beneficiar a execução de outras ações implementadas no âmbito do próprio governo. O problema que se observa no processo, porém, é a ausência de envolvimento de representantes da sociedade civil, tais como Proteste, Reclame Aqui, Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC etc, visto que a expertise deles seria muito útil para incrementar o compromisso.



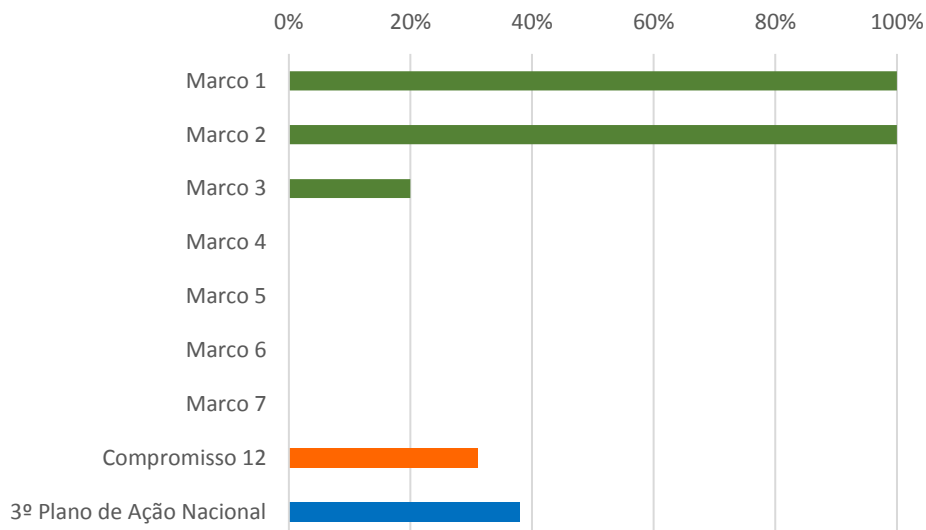
Compromisso 11 – Inovação Aberta e Transparência no Legislativo

O compromisso 11 tem boa execução, estando dentro dos prazos previstos. O objetivo do compromisso é criar uma referência de conteúdos, serviços e ferramentas para auxiliar assembleias legislativas e câmaras municipais do País que queiram promover políticas de parlamento aberto. Neste sentido, o marco inicial e basilar do compromisso – mapeamento de ferramentas e boas práticas para integração e divulgação de tecnologias e conteúdos – encontra-se praticamente concluído. O problema observado na execução foi a falta de envolvimento de alguns participantes, que não priorizam, em suas agendas, as atividades do compromisso.



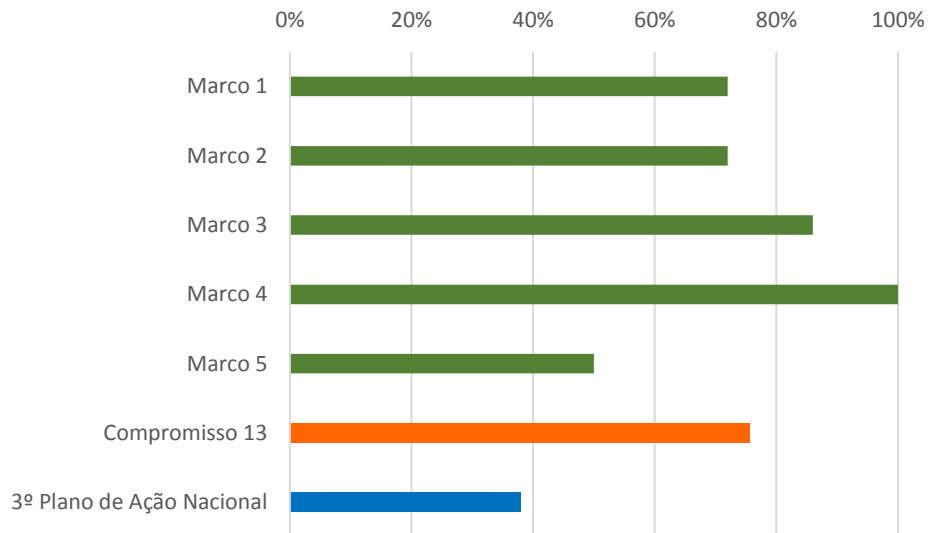
Compromisso 12 – Fomento a Governo Aberto em Estados e Municípios

O compromisso 12 está na fase de consolidação das iniciativas que nortearão a criação de um projeto piloto com iniciativas de governo aberto. Após essa medida, serão definidas as ações que comporão o piloto e serão iniciadas as tratativas para a implementação do projeto. Além disso, é importante destacar que a participação dos representantes da sociedade civil tem sido bastante efetiva no processo de execução deste compromisso.



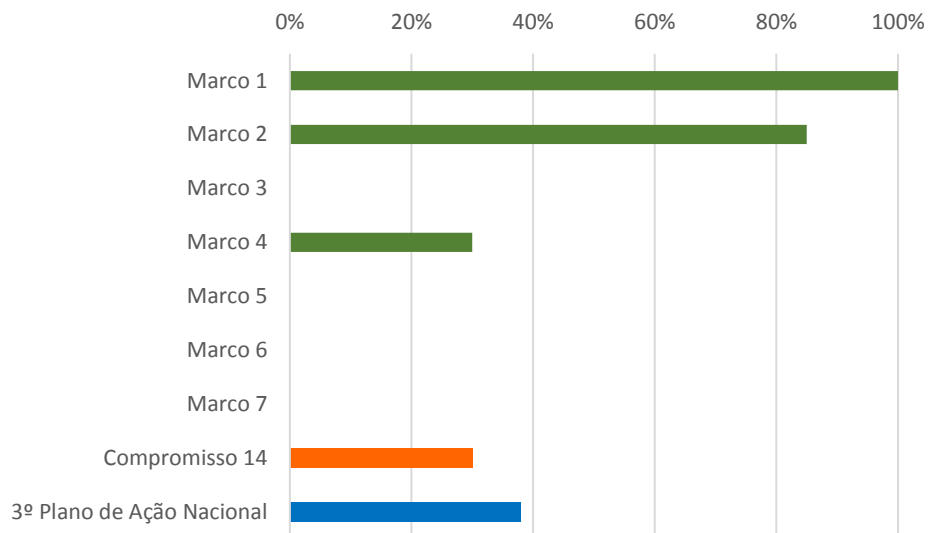
Compromisso 13 – Transparência e Inovação no Judiciário

O compromisso 13 tem como objetivo implantar o segundo grau de jurisdição na esfera eleitoral por meio do Processo Judicial Eletrônico. O cronograma de trabalho, embora tenha sofrido com pequenos atrasos em determinadas etapas, tem sido observado e cumprido nos moldes em que foi proposto. A infraestrutura necessária para avançar nos marcos foi construída e o processo de capacitação dos atores envolvidos segue em conformidade com o planejamento inicial. Cabe ressaltar, porém, que, no decorrer dos treinamentos presenciais realizados em Brasília, no TSE, constatou-se que serão necessárias visitas dos servidores do Tribunal aos Tribunais Regionais Eleitorais, a fim de verificar e auxiliar no andamento da implantação do sistema. Essa nova demanda gerará custos não previstos, o que faz com que questão orçamentária se torne uma preocupação para a plena execução do projeto.



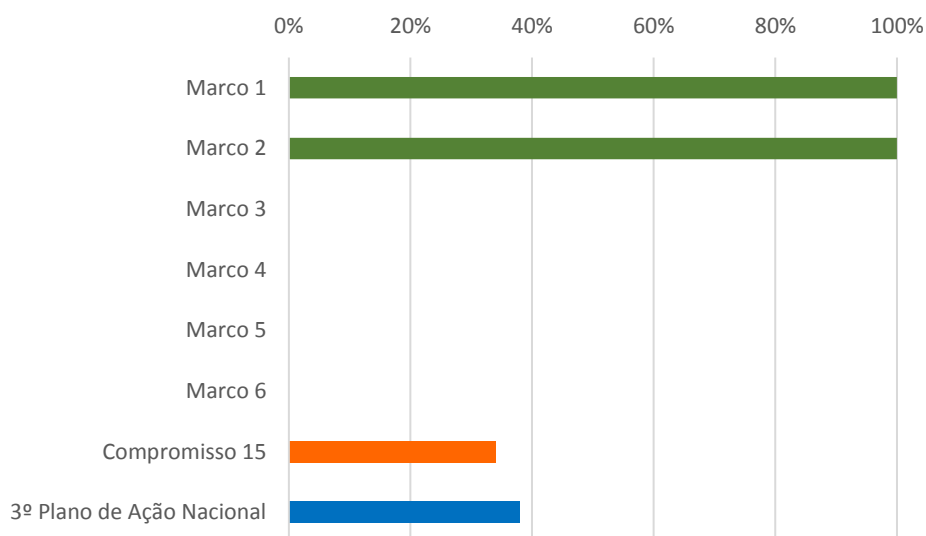
Compromisso 14 – Participação Social no Ciclo de Planejamento do Governo Federal

As atividades do compromisso 14 são intensivas em sensibilização e interação com diversos atores e perpassam todos marcos da iniciativa. A proposta de Monitoramento Participativo Tempestivo, que é a dimensão mais inovadora do marco 1, foi muito bem recebida por todos os órgãos onde foi apresentada, comprovando a forte demanda, por parte da sociedade civil, identificada na figura dos Conselhos Nacionais, por informações mais detalhadas sobre a implementação das Metas e Iniciativas do PPA.



Compromisso 15 – Dados Abertos e Transparência Ativa em Meio Ambiente

O compromisso 15 tem o objetivo de fortalecer a cultura da transparência e o aperfeiçoamento dos processos e das práticas comuns de integração, disseminação e compartilhamento de informações. O marco 1 já está concluído e a execução tem avançado de acordo com o calendário inicialmente pactuado e tem se observado uma boa comunicação entre os representantes do governo e da sociedade civil envolvidos no projeto. O problema observado no início do processo de implementação do compromisso foi a dificuldade encontrada pelo Ministério do Meio Ambiente para dar encaminhamento a algumas demandas apresentadas pela sociedade civil. Para superar esse obstáculo, o MMA contou com o apoio da CGU. Os desafios a partir de agora envolvem a criação de uma nova dinâmica para disponibilização, integração e compartilhamento de dados e informações para o cidadão e a construção de um portal único para disponibilização e divulgação integrada das informações e dados ambientais.

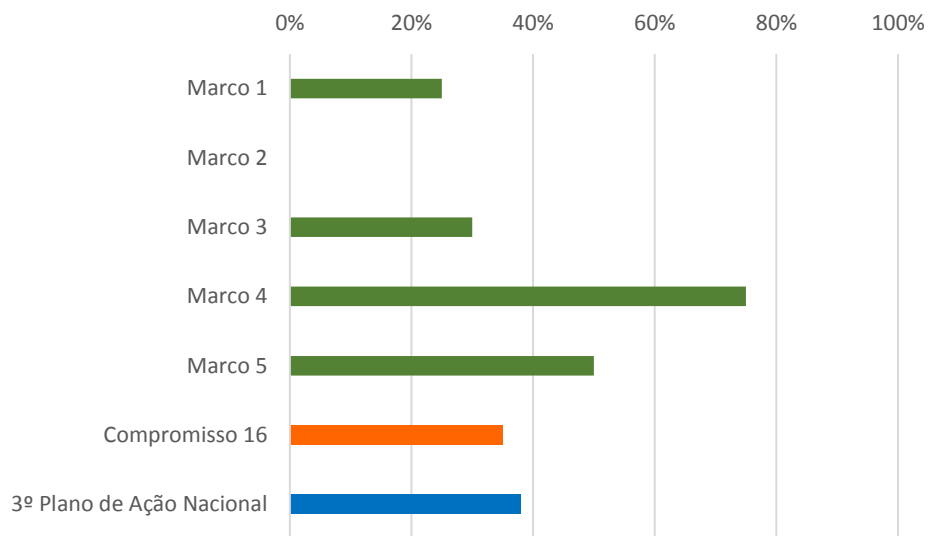


Compromisso 16 – Mapeamento e Gestão Participativa para a Cultura

O compromisso 16 tem um desempenho bastante positivo, estando com um percentual de 35% de execução. O Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC – foi estruturado em software livre e disponibilizado, de forma gratuita, a diversos estados e municípios, a fim de auxiliar esses entes a fazerem a gestão de sua política



cultura. Atualmente há 35 mil agentes culturais e 15 mil espaços de cultura cadastrados no SIIC, além de inúmeros projetos nacionais e internacionais. Além disso, o Ministério da Cultura, órgão responsável pelo compromisso, tem trabalhado no aprimoramento das funcionalidades do SNIIC para tornar a plataforma mais útil e amigável ao usuário. Por fim, será criado um grupo virtual para congregar os demais participantes do compromisso, visando articular e sistematizar as contribuições de todos os parceiros para a efetiva definição de critérios, padrões e estratégias de divulgação do Sistema.



VII – Conclusão

A formulação do 3º Plano de Ação do Brasil foi marcada por uma mudança metodológica significativa em relação aos planos anteriores e assegurou o aprimoramento da colaboração entre governo e sociedade, resultando na construção de compromissos mais dinâmicos e objetivos.

Os 16 compromissos do 3º Plano de Ação Nacional envolvem 40 órgãos do Governo Federal (incluindo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, Procuradoria-Geral Eleitoral e Câmara dos Deputados), 7 representantes de Governos Estaduais, 3 representantes de Governos Municipais, 55 da sociedade civil e 1 do setor privado.

Avalia-se que o andamento do Plano, a despeito de alguns obstáculos observados na execução de compromissos específicos, está dentro das expectativas. A relação da Equipe OGB Brasil/CGU com os coordenadores de compromisso tem sido bastante produtiva e eficaz. Da mesma forma, é necessário registrar o empenho dos diversos órgãos de governo, materializada na presença e na postura proativa de seus representantes em todas as reuniões realizadas e nos esforços para execução dos compromissos.

Por fim, tem sido também bastante profícua a interação dos coordenadores de compromisso e da Equipe OGP Brasil/CGU com os representantes do GT da Sociedade Civil, os quais têm atuado como parceiros ativos do projeto de se avançar rumo a um Estado mais aberto.

Entretanto, há que se fazer uma ressalva quanto à participação da sociedade civil no processo de execução de alguns compromissos, visto que, a despeito dos esforços de mobilização realizados pela CGU e pelos coordenadores de compromissos, observa-se baixa participação por parte dos atores da sociedade civil em alguns compromissos, o que impacta negativamente o modelo de trabalho colaborativo que norteia o 3º Plano de Ação do Brasil.

Compreende-se que as entidades da sociedade civil enfrentam dificuldades para participarem de maneira mais efetiva do processo de monitoramento e execução do Plano, entretanto é importante lembrar que o governo, como amplamente sabido, também tem sofrido com contingenciamentos e restrições diversas. Por essa razão, a



CGU, responsável pelo monitoramento do 3º Plano de Ação em parceria com o GT da Sociedade Civil, e os órgãos de governo que são coordenadores de compromisso têm oferecido soluções alternativas para a realização de reuniões que envolvam a participação de colaboradores de fora de Brasília (por Skype, videoconferência ou outros programas e aplicativos), o que, ainda assim, não tem, até o momento, garantido uma participação maior dos representantes da sociedade civil em alguns compromissos.

Este relatório buscou registrar os avanços realizados pelo governo e pela sociedade civil para implementar as iniciativas que compõem o 3º Plano de Ação Nacional e para deixar claro a prioridade que o tema “Governo Aberto” tem para o País. Espera-se que novos resultados relativos aos compromissos se concretizem em breve e que as informações aqui apresentadas sejam úteis para ampliar o conhecimento e garantir o acompanhamento da implementação do Plano de forma plena e construtiva.



VIII – Anexo

Compromisso 1. Identificar e implementar mecanismo para reconhecer problemas solucionáveis ou mitigáveis a partir da oferta de dados pelo governo, que atenda expectativas de demandantes e ofertantes		
Órgão coordenador		Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador		Marisa Souza dos Santos
Cargo - Departamento		Coordenadora-Geral de Governança de Dados e Informações
E-mail		marisa.santos@planejamento.gov.br
Telefone		(61) 2020-2008
Outros Atores Envolvidos	Governo	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Câmara dos Deputados Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria de Governo
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais	Grupo Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (GPOPAI-USP), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) Open Knowledge Brasil Rede Nossa São Paulo W3C Brasil
Status quo ou problema – assunto a ser abordado		Falta de conexão entre oferta e demandas de dados
Objetivo Principal do Compromisso		Fomentar a disponibilização e o uso de dados fortalecendo a política de dados abertos
Breve descrição do compromisso		Realizar ações de comunicação voltadas para a mobilização e sensibilização da sociedade e aproveitar os canais institucionais para discussões, presenciais e virtuais, sobre o tema
Desafio da OGP abordado pelo compromisso		Melhoria dos Serviços Públicos
Relevância do compromisso		Identificação de vulnerabilidades da política de dados abertos
Ambição		Aumentar a participação do governo e da sociedade nas discussões sobre dados abertos, com vistas a garantir a conexão entre o que o cidadão busca e o que o governo oferece, considerando não somente dados, mas também ferramentas de tecnologia da informação e formas de disponibilização de informações adequadas
Situação (em 30/06/2017)		Atrasado
Descrição dos Resultados		O compromisso ainda não teve nenhum marco iniciado. Dentre outros motivos, tem-se a reestruturação da equipe responsável pela coordenação da iniciativa. A equipe atual

Compromisso 1. Identificar e implementar mecanismo para reconhecer problemas solucionáveis ou mitigáveis a partir da oferta de dados pelo governo, que atenda expectativas de demandantes e ofertantes	
	<p>já encaminhou proposta para a reprogramação dos marcos, dividida em 4 passos, de forma que os membros tiveram prazo para apresentar críticas e sugestões. Além disso, a Coordenação encaminhará resultado de pesquisa por questionário feita durante a Campus Party, em Brasília, sobre como o Governo deve discutir o uso de dados abertos com a sociedade. Há possibilidade de se estender o prazo para coleta de mais contribuições.</p> <p>A Coordenação verificará ainda a possibilidade de integrar evento do compromisso em conjunto com o II Encontro Nacional de Governo Aberto (agendado para novembro, em Brasília).</p>
Implementação até	Junho/2018

Compromisso 2. Elaborar matriz estratégica de ações em transparência, com ampla participação social, com vistas a promover melhor governança e garantir acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos	
Órgão coordenador	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Otávio Moreira de Castro Neves
Cargo - Departamento	Diretor de Transparência e Controle
E-mail	otavio.neves@cgu.gov.br
Telefone	(61) 2020-6538
Outros Atores Envolvidos	Governo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Ministério da Fazenda Banco Central do Brasil Prefeitura de São Paulo
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação Instituto de Estudos Socioeconômicos Observatório Social do Brasil Open Knowledge Transparência Brasil
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Entraves legais e culturais impedem o pleno acesso a dados e informações pela sociedade
Objetivo Principal do Compromisso	Aprimoramento de mecanismos de transparência ativa sobre recursos da Administração Pública Federal
Breve descrição do compromisso	Estabelecer maneiras de garantir que as informações divulgadas sejam apropriadas e qualificadas para uso pela sociedade, o que permitirá melhor entendimento e ampliará a participação social, tornando o acompanhamento mais efetivo
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Aumento da integridade pública Aumento da responsabilidade corporativa
Relevância do compromisso	A matriz estratégica assegurará mais efetividade na garantia de acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos
Ambição	Ações unificadas do Governo Federal divulgadas e publicadas, com modelo de governança estruturado que promova apropriação dos dados e informações pela sociedade
Situação (em 30/06/2017)	Em andamento
Descrição dos Resultados	A CGU elaborou o Plano de Mobilização e Divulgação de Transparência (marco 1), em que constam atividades programadas pelo órgão para os próximos 2 anos. O Plano

Compromisso 2. Elaborar matriz estratégica de ações em transparência, com ampla participação social, com vistas a promover melhor governança e garantir acesso e apropriação de dados e informações dos recursos públicos	
	<p>foi submetido aos demais membros do compromisso, para a inserção de iniciativas que julgassem apropriadas, no âmbito de seus órgãos ou entidades.</p> <p>Diversas ações afetas aos objetivos gerais e marcos deste compromisso vêm sendo também realizadas por seu órgão coordenador, tais como: gestão mais efetiva no monitoramento da política de dados abertos (por meio do Painel de Monitoramento da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal: http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos/index.htm); monitoramento de qualidade do serviço de acesso a informação; Painel dos Municípios: http://paineis.cgu.gov.br/index.htm; e reestruturação do Conselho de Transparência, para a qual a STPC/CGU está preparando uma proposta institucional de reformulação, para ser debatida. Para o próximo ano, estão previstos os lançamentos do Mapa Brasil Transparente (MBT) e do novo Portal da Transparência do Governo Federal.</p> <p>A CGU manifestou ainda interesse em outras iniciativas que visam à abertura de dados, como as da STN/MF e da Prefeitura de São Paulo. Além disso, o órgão buscará uma proposta de padrão de dados referentes à Lei Complementar 131 /2009 (Lei Capiberibe). Para outubro próximo, prevê-se um evento de Controle Social para troca de metodologias, formação de redes e mapeamento das necessidades de capacitação e de informação das organizações da sociedade civil. Reforçam-se por fim a importância de fortalecer parcerias já existentes com atores da sociedade civil na execução dos marcos do compromisso.</p> <p>Assim, o marco 1 encontra-se com 80% de sua execução já realizada; o marco 2, relacionado à reestruturação do Conselho de Transparência, tem 30%; o marco 3, sobre o mapeamento das iniciativas relacionadas à transparência e recursos públicos federais alcançou 50% de execução. Todos se encontram dentro do cronograma. No geral, o compromisso está com um percentual total de execução de 26%.</p>
Implementação até	Junho/2018



Compromisso 3. Ampliar mecanismos para garantir mais celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação e divulgação adequada do rol de documentos classificados	
Órgão coordenador	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Marcelo de Brito Vidal
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência
E-mail	marcelo.vidal@cgu.gov.br
Telefone	(61) 2020-6538
Outros Atores Envolvidos	Governo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Comissão Mista de Reavaliação de Informações Ministério da Justiça e Segurança Pública Câmara dos Deputados Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais Artigo 19 Fundação Getúlio Vargas Transparência Internacional Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo Francisco Leali
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Morosidade nas respostas das solicitações de informação e divulgação inadequada do rol de documentos classificados
Objetivo Principal do Compromisso	Promover o direito de acesso à informação previsto na LAI, reduzindo as barreiras ao acesso e melhorando a qualidade das respostas
Breve descrição do compromisso	O compromisso busca deixar mais transparente o rol de informações classificadas pelos órgãos, bem como estabelecer diretrizes de metodologia para avaliação qualitativa das respostas dos órgãos na prestação do serviço de acesso à informação
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos
Relevância do compromisso	Aperfeiçoar questões relativas ao serviço de acesso à informação pública prestado pelos órgãos do Governo Federal, de forma a contribuir para o avanço rumo à cultura de transparência no serviço público
Ambição	Melhorar a qualidade das respostas, uso adequado das exceções e divulgação do assunto no rol de informações classificadas
Situação (em 30/06/2017)	Em andamento
Descrição dos Resultados	A CGU fez uma proposta ao grupo de alteração das orientações constantes no Guia sobre Publicação de Informações Classificadas e Desclassificadas que foi

Compromisso 3. Ampliar mecanismos para garantir mais celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação e divulgação adequada do rol de documentos classificados	
	<p>acolhida pelos demais órgãos e entidades envolvidos no compromisso. Após a apresentação das contribuições, o documento foi disponibilizado na página eletrônica do Acesso à Informação, da CGU</p> <p>http://www.acessoinformacao.gov.br/lai-para-sic/sic-apoio-orientacoes/guias-e-orientacoes/guia-informacoes-classificadas-versao-3.pdf</p> <p>A metodologia de avaliação (marco 3), que leva em conta capacitações, rol de informações, assuntos, tempo e qualidade da resposta já foi testada pela CGU junto aos diversos órgãos públicos federais. Em relação à sociedade civil, a organização Artigo 19 encontra-se em fase de testes para a sua avaliação, com escopo e objetivos similares.</p> <p>O compromisso está sendo realizado conforme o previsto, tendo dois marcos (1 e 3) já executados em sua totalidade. O compromisso alcançou 43% de execução.</p>
Implementação até	Junho/2018



Compromisso 4. Proteger a identidade de solicitantes, em casos justificáveis, por meio de ajustes nos procedimentos e canais de solicitação		
Órgão coordenador	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Marcelo de Brito Vidal	
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência	
E-mail	marcelo.vidal@cgu.gov.br	
Telefone	(61) 2020-6538	
Outros Atores Envolvidos	Governo	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Comissão Mista de Reavaliação de Informações Ministério da Justiça e Segurança Pública Câmara dos Deputados Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais	Artigo 19 Fundação Getúlio Vargas Transparência Internacional Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo Francisco Leali
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Todos os pedidos de acesso à informação são enviados aos órgãos responsáveis pelas demandas com detalhada identificação pessoal dos solicitantes, o que tem gerado, em algumas circunstâncias, constrangimentos e avaliações subjetivas dos pedidos de informação	
Objetivo Principal do Compromisso	Promover o direito de acesso à informação previsto na LAI, reduzindo as barreiras ao acesso e melhorando a qualidade das respostas	
Breve descrição do compromisso	Contribuir para a proteção do solicitante de acesso à informação nos eventuais riscos de que recebam tratamento diferenciado quando suas identidades forem reveladas	
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos	
Relevância do compromisso	Criar novos mecanismos e aperfeiçoar os mecanismos existentes de avaliação e monitoramento de transparência	
Ambição	Priorizar a redução de barreiras ao acesso à informação e garantir a implementação da Lei nº 12.527/2011 de forma plena	
Situação (em 30/06/2017)	Em andamento	
Descrição dos Resultados	Durante a primeira rodada da reunião de monitoramento do compromisso, identificou-se a necessidade de se alterar a ordem de execução do marco “Estudo Jurídico”	

Compromisso 4. Proteger a identidade de solicitantes, em casos justificáveis, por meio de ajustes nos procedimentos e canais de solicitação	
	<p>com o “Estudo comparativo internacional sobre como funciona a implicação da proteção da identidade do requerente”, uma vez que esta ação dependia daquela. A análise comparativa ficou pronta em 03 de abril último. O marco 1 foi, portanto, considerado concluído. Foi necessária ainda uma outra mudança da ordem de execução do compromisso, do marco “Normativo(s) sobre tratamento de informações de solicitantes” com o de “Definição dos “casos justificáveis”.</p> <p>No que diz respeito à preservação da identidade do requerente, ocorreram questionamentos sobre uma eventual possibilidade de alteração na legislação. Além disso, o Coordenador propõe que ocorra uma pesquisa de projetos em trâmite no Congresso Nacional sobre o assunto, bem como da análise de procedimentos factíveis com as normas correntes, visando ao resguardo de informações sobre o requerente. Uma consulta da sociedade civil à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) sobre o mesmo tema também será realizada.</p> <p>O compromisso apresenta dois marcos (1 e 2) já executados em sua totalidade. O marco 3, sobre definição de caso justificáveis, ainda demanda análises extras, conforme mencionado. No geral, o compromisso está com 29% concluído.</p>
Implementação até	Junho/2018

Compromisso 5 - Integrar ferramentas online em uma plataforma única para consolidar e fortalecer o Sistema de Participação Social	
Órgão coordenador	Secretaria de Governo da Presidência da República
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Jailton Almeida do Nascimento
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Participação Social na Gestão Pública
E-mail	jailton.almeida@presidencia.gov.br
Telefone	(61) 3411-3199
Outros Atores Envolvidos	Governo Secretaria de Governo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da UNB – FAC/UNB
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais Cidade Democrática Instituto Polis
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de promover o uso de tecnologias digitais livres e ferramentas de transparência, integradas aos mecanismos de participação social
Objetivo Principal do Compromisso	Desenvolver estratégias que efetivem a transformação da participação social em ações de governo concretas, transparentes e focadas nas necessidades dos cidadãos em seus territórios, e disseminar e multiplicar a adesão aos mecanismos digitais de participação social pelos governos locais
Breve descrição do compromisso	Disseminar o uso de ferramentas de transparência e de tecnologias digitais livres, principalmente no âmbito local, e desenvolver estratégias que promovam a transformação da participação social em ações de governo concretas e focadas nas necessidades dos cidadãos
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Gestão mais efetiva dos recursos públicos
Relevância do compromisso	Definir maneiras de implementar iniciativas que permitam a evolução do atual modelo de participação social
Ambição	Consolidação e fortalecimento da participação social no Sistema de Participação Social
Situação (em 30/06/2017)	Em andamento
Descrição dos Resultados	O primeiro passo deste compromisso foi a formação de um grupo de trabalho para envolver mais atores na

<p align="center">Compromisso 5 - Integrar ferramentas online em uma plataforma única para consolidar e fortalecer o Sistema de Participação Social</p>	
	<p>construção e na execução dos marcos. Dessa forma, foram convidadas para o Grupo de Trabalho as seguintes instituições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • UnB - Universidade de Brasília • IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada • IFC - Instituto de Fiscalização e Controle • ITS Rio - Transparência Internacional <p>A UnB e o IPEA aderiram ao Grupo de Trabalho. Um segundo passo decisivo para a continuidade do compromisso foi envolver a sociedade e os gestores das ferramentas de participação digital, trabalho que se concretizou por meio de uma prospecção da participação do cidadão na Gestão Pública em três fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa de espaços online de participação já existentes nos ambientes de Governo e a percepção dos gestores públicos que lidam com essas ferramentas. • Pesquisa de bases de dados em temas de transparência e avaliação de serviços públicos já existentes e a real necessidade de criar novos ambientes ou ter capacidade de trabalhar com os dados já existentes para gerar informação útil e relevante para o cidadão e para a Administração Pública. • Pesquisa de campo sobre satisfação do cliente/cidadão relativo ao recebimento de políticas públicas e o uso dos espaços de participação e serviços online. <p>Com essas ações, o compromisso 5 tem sido uma experiência na qual as partes mais envolvidas no processo de comunicação do Estado com a sociedade civil são protagonistas desta construção, sendo consultadas regularmente.</p> <p>Foi iniciada também uma articulação com o Ministério do Planejamento para estreitar as relações com o projeto já em andamento da Plataforma de Cidadania Digital: http://www.planejamento.gov.br/cidadaniadigital), que pretende ampliar e simplificar o acesso dos cidadãos brasileiros aos serviços públicos digitais, objetivo comum ao compromisso 5. Abriu-se, a partir daí, a possibilidade para um portal ainda mais abrangente, que abarque a participação do cidadão na gestão pública, simplificando e ampliando o acesso ao Estado.</p> <p>Assim, marcos 1 e 2 estão concluídos dentro do cronograma. O compromisso tem 26% de execução.</p>



Compromisso 6. Estabelecer novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de Recursos Educacionais Digitais - RED - no contexto da cultura digital	
Órgão coordenador	Ministério da Educação
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Marlúcia Amaral
Cargo - Departamento	Coordenadora-Geral de Mídias e Conteúdos Digitais
E-mail	marluciaamaral@mec.gov.br
Telefone	(61) 2022-9490
Outros Atores Envolvidos	Governo Ministério da Educação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Secretaria de Educação do Ceará Secretaria de Educação do Acre
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais Ação Educativa Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB) EducaDigital Veduca Instituto Natura
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de haver maior estrutura para os RED
Objetivo Principal do Compromisso	Incorporar na política educacional o potencial da cultura digital, de modo a fomentar a autonomia para uso, reuso e adaptação de recursos educacionais digitais, valorizando a pluralidade e a diversidade da educação brasileira
Breve descrição do compromisso	Mobilização nacional para criação de uma rede para gerar proposições de parâmetros de avaliação e processo de curadoria descentralizada de RED
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Gestão mais efetiva dos recursos públicos Melhoria dos Serviços Públicos
Relevância do compromisso	Utilizar os RED de forma dinâmica e objetiva, valorizando a pluralidade e a diversidade da educação brasileira
Ambição	Vencer as dificuldades relacionadas à falta de infraestrutura, formação de professores, produção de conteúdos e recursos digitais para estabelecer um novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de RED
Situação (em 30/06/2017)	Em andamento
Descrição dos resultados	Por meio do CIEB, houve uma mobilização de pesquisadores, gestores, professores e empreendedores

Compromisso 6. Estabelecer novo modelo de avaliação, aquisição, fomento e distribuição de Recursos Educacionais Digitais - RED - no contexto da cultura digital	
	<p>para formação da Rede, em 31 de março de 2017. Duas semanas após, em 16 de abril, ocorreu uma reunião no MEC, na qual foi apresentada pela UFRGS uma ideia do sistema de avaliação, porém ainda sem consenso. No mesmo dia, o Ministério da Educação apresentou a versão beta da Plataforma Integrada do MEC. Ela é colaborativa e tem como objetivo principal a disponibilização dos Recursos Educacionais Digitais (RED) para as redes de ensino (é possível visualizar o seu conceito pelo weblink https://www.youtube.com/watch?v=c_8t9hPwJd8).</p> <p>A coordenação do compromisso ainda está trabalhando na formação de um Grupo de Trabalho para elaborar sugestões para avaliação. Em julho haverá ainda um seminário com especialistas de universidades públicas e privadas, para auxiliar na definição desses critérios, pedagógicos e tecnológicos. Por conseguinte, os marcos 1 e 4 já foram executados e o marco 2 encontra-se em 20%. De modo geral, o compromisso está com 44% de sua execução concluída.</p>
Implementação até	Junho/2018



Compromisso 7. Disponibilizar respostas aos pedidos de acesso à informação dos últimos quatro anos em plataforma de transparência ativa e ampliar o número de indicadores da Sala de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE, com monitoramento da sociedade civil		
Órgão coordenador	Ministério da Saúde	
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Joaquim José Fernandes da Costa Junior	
Cargo - Departamento	Diretor do DEMAS/SE/MS	
E-mail	joaquim.costa@saude.gov.br	
Telefone	(61) 3315-3511	
Outros Atores Envolvidos	Governo	Ministério da Saúde Ministério Público Federal Fundação Oswaldo Cruz Companhia de Planejamento do Distrito Federal Secretaria Municipal de Saúde do Amazonas
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais	Associação Brasileira de Saúde Coletiva Universidade Federal de Minas Gerais Universidade de Brasília Artigo 19 Centro Brasileiro de Estudos em Saúde Instituto de Estudos Socioeconômicos
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Maior transparência ativa em dados de saúde	
Objetivo Principal do Compromisso	Ampliar a disponibilização de dados abertos continuamente para a sociedade de forma a atender os princípios de governo aberto e demandas sociais	
Breve descrição do compromisso	Ampliar e aprimorar de forma contínua os dados abertos em saúde	
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Aumento da integridade pública	
Relevância do compromisso	Impacto direto no reconhecimento de problemas solucionáveis ou mitigáveis em saúde, a partir da oferta ativa de dados pelo governo	
Ambição	Ampliar os números de indicadores e informações voltados à gestão e à geração de conhecimentos referentes à Saúde	
Situação (em 30/06/2017)	Atrasado	
Descrição dos resultados	Como houve mudança recente do responsável pelo e-SIC do Ministério da Saúde, os marcos relacionados à coleta dos pedidos respondidos e da alimentação da plataforma (ou SAGE/MS) não foram ainda executados. Já foi, entretanto, encaminhado e-mail ao novo coordenador com a contextualização do tema e de sua situação. A fim de que ele possa atender à demanda. Quanto ao marco 7, que trata de informações disponíveis pelo Ministério da Saúde sobre populações	

Compromisso 7. Disponibilizar respostas aos pedidos de acesso à informação dos últimos quatro anos em plataforma de transparência ativa e ampliar o número de indicadores da Sala de Apoio à Gestão Estratégica – SAGE, com monitoramento da sociedade civil	
	<p>vulneráveis, apresenta uma execução de 40%, as informações de saúde, referentes à população negra e quilombola no Brasil encontram-se disponíveis no portal da SAGE e foram pactuadas previamente com o Comitê Nacional de Saúde Integral da População Negra. Em maio de 2017, o DEMAS reuniu-se com a equipe da SESAI para estabelecer um cronograma de trabalho para verificação de quais informações/indicadores estariam disponíveis ao público em geral.</p> <p>O compromisso apresenta uma execução geral de 4%.</p>
Implementação até	Junho/2018

Compromisso 8. Implementar um sistema informatizado, único e de formato aberto de inspeção prisional, garantindo a participação da sociedade civil na sua construção e gestão		
Órgão coordenador	Ministério da Justiça e Segurança Pública	
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Maria Gabriela Viana Peixoto	
Cargo - Departamento	Ouidora-Geral DEPEN	
E-mail	gabriela.peixoto@mj.gov.br	
Telefone	(61) 2025-3602	
Outros Atores Envolvidos	Governo	Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério dos Direitos Humanos Conselho Nacional de Justiça Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais	Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura Universidade de Brasília Pastoral Carcerária Associação de Juízes pela Democracia Associação para Prevenção da Tortura
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de qualificar canais permanentes de participação social, além de estruturar coleta, gestão e organização de dados e informações sobre insumos, documentos, contratos e serviços penais do Sistema Penitenciário Brasileiro	
Objetivo Principal do Compromisso	Aprimorar mecanismos de transparência, acesso a informação e prestação de contas no sistema prisional brasileiro por meio de ações articuladas em transparência, acesso a informação e outras políticas de governo aberto	
Breve descrição do compromisso	Promover a melhoria dos trabalhos de coleta, gestão e organização de dados e informações sobre o sistema penitenciário brasileiro, a fim de se viabilizarem subsídios de qualidade para a efetiva participação social	
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Aumento da integridade pública Gestão mais efetiva dos recursos públicos Aumento da responsabilidade corporativa	
Relevância do compromisso	Assegurar o acesso público a informações que protejam direitos fundamentais	
Ambição	Disponibilização de base de dados nacional gerada a partir de inspeções realizadas por diversos atores no sistema prisional	
Situação (em 30/06/2017)	Atrasado	
Descrição dos Resultados	O compromisso encontrou dificuldades no início do processo de execução após a identificação de gargalos relacionados ao objeto principal do compromisso: o	

Compromisso 8. Implementar um sistema informatizado, único e de formato aberto de inspeção prisional, garantindo a participação da sociedade civil na sua construção e gestão	
	desenvolvimento de um sistema informatizado, único e de formato aberto de inspeção prisional, que garantisse a participação da sociedade civil na sua construção e gestão. Após a realização de diversas reuniões de articulação, contando inclusive com o apoio da CGU, o DEPEN/MJ foi autorizado a realizar um Chamamento Público para celebração de Termo de Colaboração, no âmbito do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), que viabilizará a contratação de uma organização da sociedade civil para atuar como parceira na execução do compromisso. Essa medida, que restringia o andamento do compromisso, permitirá o avanço dos demais marcos. O compromisso apresenta dois marcos (1 e 6) executados em 25%. No geral, o compromisso está com 8% de execução.
Implementação até	Junho/2018

Compromisso 9. Consolidar uma rede aberta no setor público de forma colaborativa e transparente com a sociedade	
Órgão coordenador	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Bruno Carvalho Palvarini
Cargo - Departamento	Gerente de Projetos (substituto)
E-mail	bruno.palvarini@planejamento.gov.br
Telefone	(61) 2020-8683
Outros Atores Envolvidos	Governo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Ministério da Justiça e Segurança Pública Escola Nacional de Administração Pública Secretaria de Governo Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados Ministério da Saúde Agência Nacional de Vigilância Sanitária
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais Fundação Getúlio Vargas/DAPP Ceweb.br Agenda Pública Wenovate Bruna Santos Universidade de São Paulo/COLAB
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de ampliar as práticas de inovação aberta no setor público com engajamento de múltiplos atores com transparência efetiva
Objetivo Principal do Compromisso	Criar e promover, de forma colaborativa, ferramentas e métodos inovadores para gestão pública e prestação de serviços públicos do Governo Federal
Breve descrição do compromisso	Fortalecimento das iniciativas de inovação aberta no setor público por meio da consolidação de uma rede que abra espaço para o trabalho colaborativo e transparente entre governo e sociedade
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Aumento da integridade pública Gestão mais efetiva dos recursos públicos
Relevância do compromisso	Promover o avanço do processo de inovação no setor público, integrando a atuação do governo e da sociedade
Ambição	Servidores, órgãos públicos e sociedade mais engajados e comprometidos com processos de inovação no setor público. Serviços, produtos, processos e políticas públicas construídos de forma colaborativa
Situação (em 30/06/2017)	Em andamento
Descrição dos Resultados	Após o evento realizado em maio – Inovação Aberta (http://portal.tcu.gov.br/eventos-1/inovacao-aberta.htm), ocorreu um avanço significativo em relação aos marcos

Compromisso 9. Consolidar uma rede aberta no setor público de forma colaborativa e transparente com a sociedade	
	<p>relacionados ao compromisso, destacadamente no que se refere à capilarização da Rede. O evento representou ainda o marco 5 e parte do marco 2.</p> <p>O marco 1, com 40% de andamento, vem ocorrendo por meio de oficinas e consultas <i>online</i>, no âmbito de grupos de trabalho temáticos em que participam membros da Rede InovaGov (http://redeinovagov.blogspot.com.br/).</p> <p>O marco 4 (50% de andamento) encontra-se em execução por intermédio do Blog e edição do Regulamento da Rede InovaGov, o que possibilita a adesão à rede mencionada. Ele prosseguirá após a entrada em funcionamento da Plataforma de Inovação, que está no momento sendo desenvolvida pelo MPDG.</p> <p>Por fim, aventa-se a possibilidade de se realizar o II Encontro da Rede de Inovação (marco 7) junto com o II Encontro Nacional de Governo Aberto, agendado para novembro, em Brasília.</p> <p>O marco 5 já está executado e todos os outros estão em andamento, com execuções dos outros marcos variando entre 40% a 50%. No geral, o compromisso encontra-se com 46% de execução.</p>
Implementação até	Junho/2018



Compromisso 10. Realizar inventário dos serviços do Poder Executivo Federal e implementar avaliação por meio de mecanismos de satisfação, priorizando serviços para melhoria	
Órgão coordenador	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Joelson Vellozo Junior
Cargo - Departamento	Gerente de Projetos – Serviços Públicos
E-mail	joelson.vellozo@planejamento.gov.br
Telefone	(61) 2020-1360
Outros Atores Envolvidos	Governo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União Agência Nacional de Telecomunicações Secretaria de Governo Ministério da Justiça e Segurança Pública Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais Instituto de Defesa do Consumidor MariaLab Reclame Aqui Proteste Microsoft
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de aumentar a responsividade na prestação de serviços públicos com articulação dos órgãos e colaboração da sociedade civil, em especial usuários
Objetivo Principal do Compromisso	Desenvolvimento de métodos e instrumentos para a avaliação dos serviços públicos pelos seus usuários que estimulem os cidadãos a participarem da gestão, bem como a simplificação e melhoria dos serviços públicos no governo federal
Breve descrição do compromisso	Encontrar mecanismos para aumentar a divulgação de informações sobre as políticas e os serviços públicos e, em paralelo, desenvolver e aprimorar métodos e instrumentos de avaliação, promovendo a participação social de forma mais efetiva
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Gestão mais efetiva dos recursos públicos Aumento da responsabilidade corporativa
Relevância do compromisso	Promover a melhoria e a avaliação dos serviços públicos
Ambição	Amplia a colaboração dos diversos atores, amplia acesso à informação e serviços, organiza base para análise do gestor e cria compromissos de melhoria
Situação (em 30/06/2017)	Em andamento
Descrição dos Resultados	O Portal de Serviços do Governo Federal (www.servicos.gov.br) já existe e possui, no presente momento, cerca de 625 serviços cadastrados, provenientes

Compromisso 10. Realizar inventário dos serviços do Poder Executivo Federal e implementar avaliação por meio de mecanismos de satisfação, priorizando serviços para melhoria	
	<p>de 24 órgãos. Ao mesmo tempo, o Ministério do Planejamento, no âmbito do projeto Plataforma de Cidadania Digital (http://www.planejamento.gov.br/cidadaniadigital), está realizando o primeiro “Censo de Serviços Públicos Federais”, com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. O prazo para conclusão é dezembro de 2017. Tanto a metodologia quanto a sistemática de atualização regular dos dados já estão em elaboração.</p> <p>Uma definição do escopo do conteúdo da avaliação já foi apresentada ao Grupo de Trabalho. Após a o teste-piloto foi apresentada uma versão.</p> <p>A definição da estratégia de avaliação de satisfação no governo federal encontra-se em fase de aprovação no governo. O foco será na etapa pós-serviço, com dimensões de qualidade, a fim de saber se a comunicação entre o cidadão e o governo foi efetiva.</p> <p>Em relação às informações de outros órgãos no Portal, os resultados do Censo acima citado serão úteis inclusive para uma primeira inserção dos respectivos serviços no Portal. Esta ação estará concluída também ao final do recenseamento.</p> <p>Os marcos 1, 2 e 3 encontram-se executados. O marco 7, relativo à disponibilização de mecanismo de avaliação pelo usuário, está em 50%. No geral, o compromisso está com 54% concluído.</p>
Implementação até	Junho/2018

Compromisso 11. Criar e difundir repositório para institucionalização de Parlamento Aberto contendo normas, ferramentas, capacitações, guias e práticas	
Órgão coordenador	Câmara dos Deputados
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Cristiano Ferri Soares de Faria
Cargo - Departamento	Coordenador do Laboratório Hacker
E-mail	cristiano.faria@camara.leg.br
Telefone	(61) 3216-6005
Outros Atores Envolvidos	Governo Câmara dos Deputados Senado Federal Interlegis Câmara Municipal de São Paulo Assembleia Legislativa de Minas Gerais
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais Transparência Internacional Labhacker São Paulo Instituto de Fiscalização e Controle Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar Instituto de Estudos Socioeconômicos
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de promover a institucionalização de uma política de parlamento aberto que viabilize o engajamento da sociedade, dos parlamentares e de servidores
Objetivo Principal do Compromisso	Aprimorar a abertura transparente e participativa de casas legislativas, por meio da soma de esforços de diferentes atores na busca de soluções inovadoras e abertas
Breve descrição do compromisso	Mapeamento de ferramentas e boas práticas para integração e divulgação de tecnologias e conteúdos
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Aumento da integridade pública Criação de comunidades mais seguras
Relevância do compromisso	Relevante para fomentar governo aberto no Parlamento
Ambição	Somar esforços de diferentes atores (parlamentares, servidores e sociedade civil) para a fomentar ações de governo aberto nos parlamentos
Situação (em 30/06/2017)	Em andamento
Descrição dos Resultados	Como o mapeamento de ferramentas, estrutura de sumário e coleta de material para a elaboração do guia de Parlamento Aberto já estão praticamente finalizados, a divulgação desse conteúdo abrirá maior possibilidade para o engajamento de outros colaboradores na continuidade da execução dos marcos. Os marcos 2 e 3 ainda estão em fase inicial de execução (por volta de 30%). Quanto ao marco 6, que envolve a realização e divulgação de uma

Compromisso 11. Criar e difundir repositório para institucionalização de Parlamento Aberto contendo normas, ferramentas, capacitações, guias e práticas	
	<p>Conferência Anual de Parlamento Aberto, tendo em vista a indefinição do cenário político atual, estuda-se a possibilidade de incluir o tema em uma ou mais atividades do II Encontro Nacional de Governo Aberto, previsto para o segundo semestre de 2017, por tratar-se de um evento com certa complexidade e de grande número de atores envolvidos. A inclusão do tema Parlamento Aberto naquele evento não prejudicaria a eventual realização da conferência específica, prevista para o ano de 2018.</p> <p>No geral, o compromisso apresenta um percentual de execução de 23%.</p>
Implementação até	Junho/2018

Compromisso 12 - Implementar ações de fomento a governo aberto com o envolvimento da sociedade civil, considerando experiências já existentes em estados e municípios	
Órgão coordenador	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Adenísio Álvaro Oliveira de Souza
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social
E-mail	adenisio.souza@cgu.gov.br
Telefone	(61) 2020-6516
Outros Atores Envolvidos	Governo <ul style="list-style-type: none"> Governo de Mato Grosso (Gabinete de Transparência e Combate à Corrupção – GTCC) Governo do Distrito Federal Senado Federal/Interlegis Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União Ministério das Comunicações Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Ministério Público Federal Prefeitura de São Paulo Secretaria de Governo
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais <ul style="list-style-type: none"> Agenda Pública Instituto de Fiscalização e Controle – IFC Meu Município Observatório Social de Brasília Rede pela Transparência e Participação Social – RETPS, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis Transparência Internacional
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Necessidade de ampliar, no nível subnacional, a apropriação das ferramentas de governo aberto por parte das organizações da sociedade civil
Objetivo Principal do Compromisso	Ampliar o conhecimento dos atores estratégicos das instâncias governamentais subnacionais e das organizações da sociedade civil sobre ferramentas de governo aberto
Breve descrição do compromisso	Disseminar boas práticas em governo aberto já implementadas em estados e municípios e estimular o desenvolvimento colaborativo de instrumentos voltados ao fortalecimento da participação social
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Aumento da integridade pública Criação de comunidades mais seguras Aumento da responsabilidade corporativa
Relevância do compromisso	Relevante para fomentar políticas de governo aberto em governos subnacionais

Compromisso 12 - Implementar ações de fomento a governo aberto com o envolvimento da sociedade civil, considerando experiências já existentes em estados e municípios	
Ambição	Políticas concretas de governo aberto em governos subnacionais
Situação (em 30/06/2017)	Em andamento
Descrição dos Resultados	<p>Para o cumprimento do marco 1 foi criado um documento no GoogleDocs, o qual foi posteriormente disponibilizado em formato de formulário no site da CGU, para coletar informações sobre projetos já existentes de fomento a governo aberto. O documento ficou disponível para contribuições no período de 31 de março a 28 de abril de 2017 e recebeu 19 propostas. O grupo de trabalho formado pelos atores envolvidos no compromisso classificou as iniciativas sob duas abordagens: temas ligados diretamente ao assunto e temas tangenciais. A partir dessa classificação, todas as iniciativas foram priorizadas considerando os critérios de: simplicidade, viabilidade, replicabilidade e relevância para a sociedade. Após a priorização, o grupo selecionará iniciativas para o projeto piloto. Será escolhida também a municipalidade para a implantação do projeto.</p> <p>A execução do compromisso alcançou 15% nos 6 primeiros meses de vigência do 3º Plano.</p>
Implementação até	Junho/2018

Compromisso 13. Implantar Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral	
Órgão coordenador	Tribunal Superior Eleitoral
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Simone Holanda Batalha
Cargo - Departamento	Secretária Judiciária
E-mail	simone.batalha@tse.jus.br
Telefone	(61) 3030-7057
Outros Atores Envolvidos	Governo Tribunal Superior Eleitoral Advocacia-Geral da União Defensoria Pública da União Procuradoria-Geral Eleitoral
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais Advogados Cidadãos
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Diversos problemas relacionados à tramitação de processos físicos tais como: <ul style="list-style-type: none"> • Morosidade na tramitação dos processos da Justiça Eleitoral, uma vez que a maior parte deles se encontra em meio físico; • Burocracia no trâmite processual; • Ausência de acesso simultâneo aos autos; • Problemas relativos à segurança, como a possibilidade de extravio.
Objetivo Principal do Compromisso	Implantar o Processo Judicial Eletrônico nos Tribunais Regionais Eleitorais no ano de 2017
Breve descrição do compromisso	Implantar o Processo Judicial Eletrônico a partir de fevereiro em dois tribunais regionais por mês e em vinte e duas classes processuais no ano de 2017
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Aumento da integridade pública
Relevância do compromisso	Garantia da celeridade, transparência e segurança na tramitação dos processos judiciais e administrativos
Ambição	Processo Judicial Eletrônico como sistema de automação do Poder Judiciário e como política pública
Situação (em 30/06/2017)	Em andamento
Descrição dos Resultados	A infraestrutura necessária para avançar nos marcos foi construída e o processo de capacitação dos atores envolvidos segue em conformidade com o planejamento inicial. A fase inicial de execução do compromisso previu a implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE)

Compromisso 13. Implantar Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral	
	<p>nos Tribunais Regionais Eleitorais do Ceará, do Distrito Federal, de Santa Catarina, de Alagoas, de Roraima, do Rio Grande do Norte, de Mato Grosso do Sul, de Pernambuco, de Sergipe e do Piauí. Ao longo do processo de treinamentos presenciais, realizados em Brasília, constatou-se que serão necessárias visitas dos servidores do TSE aos Tribunais Regionais Eleitorais, a fim de verificar e auxiliar no andamento da implantação do sistema. Essa nova demanda gerará custos não previstos, o que faz com que questão orçamentária se torne uma preocupação para a plena execução do projeto. O marco 3, relativo à infraestrutura, está, portanto, concluído e o marco 4, relacionado à capacitação, encontra-se em 80%. O compromisso apresenta execução de 36%.</p>
Implementação até	Junho/2018

Compromisso 14. Ampliar a participação social no plano plurianual por meio do Fórum Interconselhos		
Órgão coordenador		Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador		Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso
Cargo - Departamento		Coordenação-Geral de Planejamento
E-mail		maria.r.cardoso@planejamento.gov.br
Telefone		(61) 2020-4508
Outros Atores Envolvidos	Governo	Ministério da Educação Secretaria de Governo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais	Instituto de Estudos Socioeconômicos Rede Urbana de Ações Socioculturais Open Knowledge Brasil Rodas da Paz
Status quo ou problema – assunto a ser abordado		Necessidade de ampliar a participação social e a qualidade de sua incidência na gestão do Plano Plurianual - PPA
Objetivo Principal do Compromisso		Aperfeiçoamento e consolidação dos métodos de participação social na formulação e na gestão do PPA
Breve descrição do compromisso		Monitoramento participativo do PPA, especialmente das agendas transversais e das metas e objetivos do desenvolvimento sustentáveis (ODS), com uso de ferramentas digitais
Desafio da OGP abordado pelo compromisso		Melhoria dos Serviços Públicos Aumento da integridade pública Gestão mais efetiva dos recursos públicos Aumento da responsabilidade corporativa
Relevância do compromisso		Ampliar a participação social no monitoramento do PPA
Ambição		Maior participação social no processo de formulação e gestão do PPA
Situação (em 30/06/2017)		Em andamento
Descrição dos Resultados		Para o marco 1, foi aprovada a proposta de metodologia de monitoramento participativo do PPA, composta de 2 módulos principais, relacionados ao monitoramento das agendas transversais e das agendas ODS e monitoramento participativo tempestivo, a partir da priorização de metas e de iniciativas pelos conselhos nacionais de políticas públicas. Em junho de 2017, foram realizadas apresentações pontuais da proposta de Monitoramento Participativo em outros quatro Conselhos Nacionais. No primeiro semestre de 2017, foram realizadas ainda reuniões de sensibilização

Compromisso 14. Ampliar a participação social no plano plurianual por meio do Fórum Interconselhos	
	<p>com diversos órgãos para validação das vinculações dos ODS aos atributos do PPA. Por fim, foi aberta uma consulta virtual por meio do sítio www.participa.br para colher as sugestões, comentários e contribuições dos representantes dos Conselhos Nacionais.</p> <p>A proposta de Monitoramento Participativo Tempestivo, que é a dimensão mais inovadora do marco 1, tem sido muito bem recebida por todos os órgãos onde foi apresentada. Além disso, foram realizadas reuniões preliminares com a área de gestão do ciclo do PPA e de desenvolvimento de TI para tratar das duas atividades principais do marco 2: (i) o aprimoramento do sítio de acompanhamento virtual do PPA, antes denominado PPA Mais Brasil e agora rebatizado de PPA Cidadão; e (ii) as adaptações no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOP para recepcionar as agendas ODS e as análises situacionais das metas e iniciativas que serão monitoradas pelos Conselhos no âmbito do Monitoramento Participativo Tempestivo.</p> <p>Assim, o marco 1 está concluído e o marco 2 encontra-se com 25% de execução. O compromisso, no total, está com 18% de execução</p>
Implementação até	Junho/2018



Compromisso 15. Criar espaço de diálogo entre governo e sociedade para a geração e implementação de ações voltadas à transparência em meio ambiente	
Órgão coordenador	Ministério do Meio Ambiente
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Carlos Alberto Coury
Cargo - Departamento	Assessor Especial de Controle Interno
E-mail	carlos.coury@mma.gov.br
Telefone	(61) 2028-1605
Outros Atores Envolvidos	Governo Ministério do Meio Ambiente Conama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Serviço Florestal Brasileiro Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais World Wild Fund Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura Imaflora Infoamazônia Imazon Observatório do Código Florestal
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Ampliar e aprimorar a transparência ativa na área de meio ambiente, com participação da sociedade civil, para disponibilidade de dados em formato, detalhamento e atualização adequados ao cidadão
Objetivo Principal do Compromisso	Fomentar a disponibilização de dados abertos e aprimorar os mecanismos de transparência ativa na área de Meio Ambiente, notadamente nas interfaces de Licenciamento Ambiental e Desmatamento e Conservação Florestal (fluxos madeira, guia de transporte animal, CAR - cadastro ambiental rural)
Breve descrição do compromisso	Avançar na construção de espaços para a interação entre os setores do governo e as organizações da sociedade que lidam com o tema de meio ambiente
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Aumento da integridade pública Gestão mais efetiva dos recursos públicos Aumento da responsabilidade corporativa
Relevância do compromisso	Relevante para integrar governo e sociedade e, assim, incrementar a qualidade dos dados disponibilizados na área de Meio Ambiente
Ambição	Ter disponibilizadas informações ambientais em maior quantidade e qualidade, considerando as obrigações legais, a demanda e a abertura de bases de dados
Situação (em 30/06/2017)	Em andamento

Compromisso 15. Criar espaço de diálogo entre governo e sociedade para a geração e implementação de ações voltadas à transparência em meio ambiente	
Descrição dos resultados	<p>O marco 1 está concluído e a execução tem avançado de acordo com o calendário inicialmente pactuado. As contribuições ao Plano de Dados Abertos foram apresentadas pela sociedade e o documento-síntese, que mostra o que foi implementado em transparência, planos estratégicos de compromissos em transparência e status do Plano de Dados Abertos, foi completado recentemente. As ações do compromisso estão registradas em um ambiente colaborativo do Ministério do Meio Ambiente, chamado de “Biosfera”, do qual participam todos os atores envolvidos em sua execução.</p> <p>Assim, o compromisso encontra-se com 24% de execução. Os desafios, a partir de agora, envolvem a criação de uma nova dinâmica para disponibilização, integração e compartilhamento de dados e informações para o cidadão e a construção de um portal único para disponibilização e divulgação integrada das informações e dados ambientais.</p>
Implementação até	Junho/2018

Compromisso 16. Consolidar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, SNIIC, para a produção, difusão e uso compartilhado de dados, informações e indicadores para a co-gestão da cultura	
Órgão coordenador	Ministério da Cultura
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Luiz Antônio Gouveia de Oliveira
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Estatísticas e Indicadores da Cultura
E-mail	luiz.gouveia@cultura.gov.br
Telefone	(61) 2024-2262
Outros Atores Envolvidos	Governo Instituto Brasileiro de Museus Ministério da Cultura Ministério do Turismo Prefeitura Municipal de São Paulo Secretaria de Cultura do Distrito Federal
	Sociedade Civil, Setor Privado, Grupo de Trabalhadores e Atores Multilaterais Casa das Redes ONG THYDÊWÁ - Potyra Te Tupinambá (Mensagens da Terra) Colegiado Setorial Música e GT Glossário da Cultura
Status quo ou problema – assunto a ser abordado	Dificuldade de acompanhamento das ações da área e necessidade de melhoria dos mecanismos de participação social
Objetivo Principal do Compromisso	Qualificar a gestão e a participação social por meio da sistematização e difusão das informações culturais
Breve descrição do compromisso	Melhorar a organização das informações sobre a gestão da cultura no país e garantir a participação social nos mecanismos de gestão das políticas públicas da área
Desafio da OGP abordado pelo compromisso	Melhoria dos Serviços Públicos Gestão mais efetiva dos recursos públicos
Relevância do compromisso	Relevante para melhorar a qualidade das informações sobre cultura, permitindo uma atuação mais efetiva da sociedade civil
Ambição	Avanço na gestão compartilhada e participativa da produção, difusão e uso de dados, informações e indicadores da cultura
Situação (em 30/06/2017)	Em andamento
Descrição dos resultados	A definição de critérios, padrões e diretrizes para a realização de ações de divulgação e capacitação da sociedade civil, Estado e iniciativa privada no uso efetivo do Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC – encontra-se com 25% de execução e, a partir de agora, será criado um grupo virtual para congregar os demais participantes do compromisso, visando articular e

Compromisso 16. Consolidar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, SNIIC, para a produção, difusão e uso compartilhado de dados, informações e indicadores para a co-gestão da cultura	
	<p>sistematizar as contribuições de todos. A consolidação de dados de capacitação, com a inclusão de dados do IBRAM e do GDF, foi realizada. O SIIC foi estruturado em software livre e disponibilizado, de forma gratuita, a diversos estados e municípios, a fim de auxiliar esses entes a fazerem a gestão de sua política cultural. Atualmente há 35 mil agentes culturais e 15 mil espaços de cultura cadastrados no SIIC, além de inúmeros projetos nacionais e internacionais. Além disso, em abril de 2017, houve um seminário promovido pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) e realizado no Centro de Formação e Pesquisa do SESC/SP, no qual cerca de 60 pesquisadores da área de consumo cultural trocaram experiências e debateram sobre novos modelos de medição e de produção de indicadores culturais.</p> <p>A construção de um vocabulário comum de base para produção das informações culturais encontra-se em fase de revisão por especialistas do Laboratório de Políticas Públicas Participativas (L3P), da Universidade Federal de Goiás. O MinC, por meio de sua Coordenação-Geral de Estatísticas e Indicadores Culturais, vem se empenhando em aprimorar as funcionalidades do SNIIC e tornar a plataforma mais útil e amigável ao usuário. Foram implementadas ainda funcionalidades tecnológicas na plataforma dos Mapas Culturais que facilitam, por exemplo, o registro histórico das entidades, faturação da API (melhoria de performance), dentre outros.</p> <p>O compromisso está sendo realizado conforme o previsto, tendo alcançado 35% de execução nos primeiros seis meses de vigência do 3º Plano.</p>
Implementação até	Junho/2018

